

OURO PRETO

Patrimônio Mundial



Mãe de Lourdes Castro

A solenidade de devolução à comunidade ouropretana de cinco volumes dos Autos da Devassa, arrematados pelo Governo Brasileiro, através da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Londres, assim como a comemoração do reconhecimento de Ouro Preto, pela UNESCO, como Monumento Mundial, foi aberta no dia 27 de setembro, às 10 horas, na Igreja Matriz do Pilar, com Missa Solene, celebrada dentro da liturgia do século XVIII.

Às 17 horas, conforme a tradição de grandes festas, a cidade ouviu o repicar festivo dos seus setenta sinos, o espoucar dos foguetes e, ao som do Hino da Inconfidência, viu entrar, na praça Tiradentes, os documentos que ficarão sob os cuidados de seu natural guardião: o povo mineiro.

Após a colocação dos volumes dos Autos da Devassa em exposição sobre uma mesa em um palanque especialmente montado à frente do

Museu da Inconfidência, a cerimônia teve prosseguimento com a leitura da mensagem enviada pelo presidente João Figueiredo ao Governador Fancelino Pereira, do Estado de Minas Gerais e que dizia: "Regozijo-me com Vossa Excelência e com todo o povo mineiro pela entrega solene ao repositório de tradições de Ouro Preto dos Autos Crimes Contra os Reus Eclesiásticos da Conspiração de Minas Gerais, arrematados em leilão na Inglaterra pelo Governo, através da SPHAN e que há anos eram procurados por pesquisadores e historiadores brasileiros. Além de testemunhar o acervo documental da história da Inconfidência Mineira a solenidade de doação que hoje se realiza em Vila Rica vem testemunhar o apreço das autoridades brasileiras pela valorização da memória nacional, buscando com minúcias e carinho engrandecer cada vez mais as legítimas tradições cívicas do País. As lições de patriotismo e amor à liberdade são apa-

nágio da vida dos Inconfidentes, merecedores de ser consagrados por atos marcantes como este que reafirmam o respeito das gerações de hoje pelos que lutaram por uma pátria maior, próspera, justa e livre e fizeram Vila Rica berço de seus gestos heróicos. Eventos como o de hoje me reanimam a reiterar minha esperança e minha crença nos mesmos ideais de liberdade e independência que se cultuam em Ouro Preto, junto ao panteão de nossos heróis. Receba a valorosa gente mineira a expressão de todo o meu apreço e admiração."

Após a leitura e na presença de cerca de duas mil pessoas da comunidade ouropretana, do embaixador Francisco Cuevas Cansino, do México, de Secretários de Estado, deputados e dezenas de autoridades, discursaram o Prefeito Municipal, Alberto Caram, o Padre José Feliciano da Costa Simões, em nome da Igreja, Aloísio Magalhães, Secretário do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória e o Governador Francelino Pereira.

Em seguida, os documentos foram entregues por Aloísio Magalhães às senhoras Suely Maria Perrucci, Auxiliadora Paiva e Maria Geralda dos Santos ao senhor José Efigênio do Carmo, que os receberam em nome da população da cidade e os levaram para o interior do Museu da Inconfidência, depositando-os na ante-sala do Panteon dos Inconfidentes, numa urna de vidro.

Estavam de volta a Vila Rica os documentos testemunho da participação do clero na Conjuração Mineira.

Na sala de exposições foi aberta, oficialmente, uma mostra do artesanato produzido em Cachoeira do Brumado (SPHAN 7, pg. 8), objeto de estudo e pesquisa da equipe do Projeto Ouro Preto. Para a montagem da exposição contou-se com as fotografias que documentam passo-a-passo o processo de produção artesanal dos tapetes, cortinas, bolsas e chapéus de pita e das panelas de pedra sabão. Ao lado dos painéis fotográficos foram colocados os produtos, nas suas várias etapas de confecção.

Da mostra também participaram os artesãos que trabalham com escultu-

Aleijadinho/teus dois seminários/teu majestoso Pelourinho". E escreve para Ouro Preto: "Ouvindo o som maravilhoso dos sinos/seculares sinos de Antônio Dias/pareceu-me ouvir ditos hinos/dos heróis do passado as melodias".

Após a inauguração do Anexo do Museu da Inconfidência, um coquetel bem ao gosto mineiro dava por inaugurada a Casa do Pilar, também restaurada pela SPHAN/Pró-Memória, que funcionará como departamento educativo do Museu, ampliando as possibilidades de trabalhos de prestação de serviços à comunidade, principalmente aos escolares.

Com a ajuda da FUNARTE, a Casa do Pilar iniciará um curso de museu-escola, através do qual se pretende desenvolver a capacidade perceptiva do educando, conduzindo-o à compreensão do Museu e do contexto no qual ele se insere. Ali funcionarão também um centro de restauração voltado ao acervo dos Museus de Minas Gerais, um centro de pesquisas, com o arquivo de documentos coloniais e a biblioteca.

Rui Mourão, diretor do Museu da Inconfidência, diz acreditar que "o conjunto poderá prestar valiosa ajuda aos turistas que nos visitam cada vez em maior número e que estão a exigir informação abundante e autorizada. Queremos tornar público, entretanto, que ao planejar o setor o nosso objetivo foi, em primeiro lugar, servir à comunidade local. Buscamos resolver um problema que vem sendo deixado de lado, não porque os antigos dirigentes da instituição dele não tivessem conhecimento, mas seguramente porque só nos últimos anos foram aparecendo condições materiais que permitiram seu equacionamento. Referimo-nos ao afastamento em que se coloca a população da cidade em face do Museu. Encerrada a visita à Casa do Pilar, as Escolas de Samba da cidade de Ouro Preto, às 21 horas, iniciaram um desfile carnavalesco que fechou, na madrugada, as comemorações.



Palácio da Liberdade

A FESTA CONTINUA

Encerrada a cerimônia na Praça Tiradentes, as autoridades deslocaram-se até o Anexo do Museu da Inconfidência, para sua inauguração. O prédio, antiga Casa dos Carcereiros da então prisão do Estado, agora restaurado pela SPHAN/Pró-Memória, conta com um amplo jardim, uma sala de exposições, uma sala de reserva técnica e um auditório de duzentos lugares. Foi ali que o embaixador Afonso Arinos de Mello Franco proferiu sua evocação a Ouro Preto, que pode ser resumida numa única frase, a frase com que encerrou suas palavras: "Quem sabe o que é Ouro Preto não pode duvidar do Brasil". (A íntegra da palestra está na página 22).

ras em madeira e "seu" Aníbal, poeta, médico e veterinário de Brumado, que diz com certo orgulho que "em toda minha vida frequentei apenas quatro dias de escola. Escrevo, faço versos, dou injeção, trato de um, de outro, mas aprendi mesmo foi aqui, na vida". Seus poemas foram fotografados e ampliados em painéis que, junto a depoimentos dos outros artesãos, compunham para o visitante o clima de sabedoria em que está imerso aquele distrito de Ouro Preto. De Mariana, diz "seu" Aníbal: "Minha velhinha cidade/minha querida Mariana/és uma velha cidade/agora está remoçando/com teus novos colégios/teus inúmeros educandários/com teus filhos laboriosos/tens um novo calendário./Com vestutas igrejas/com teus sinos seculares/tuas ruas íngremes/teus sobrados de sacadas/tuas lembranças de Lisboa/o grande

Convênio com o Ministério dos Transportes: última esperança para o trânsito em Ouro Preto

Vivendo um processo de crescimento urbano acelerado, Ouro Preto passa a sentir, a partir da década de 50, os efeitos do tráfego urbano, o que motivava uma enorme gama de estudos que visavam determinar, precisamente, as influências do trânsito na cidade monumento.

É de 1958, dos dias 10, 17 e 18 de abril, o relatório assinado pelos engenheiros José Carvalho Lopes, Romulo Fonseca e Sílvio Barbosa, que diz ser o caso de Ouro Preto “presentemente grave e a tendência será seu progressivo agravamento até uma intensidade crítica, de consequências certamente desastrosas, que ninguém, inclusive a comissão sub-assinada, poderia prever, nem no tempo, nem no espaço”. E continua, mais além: “estabelecido o perímetro em Ouro Preto, as empresas transportadoras, como a Ouopretana de Transportes, cuja sede está no coração da cidade, rua Direita, sempre ornada pelos gigantescos ‘trucks’ que o próprio brônzeo Tiradentes contempla, construiriam armazéns, na entrada e saída, neste perímetro ou fora dele; as necessidades da população seriam atendidas exclusivamente por camionetas”.

Mais tarde, já na década de 60, com a construção da Rodovia do

Contorno, apenas muito parcialmente conseguia-se a retirada do tráfego pesado, permanecendo sem solução aquele que demanda, precisamente, o núcleo urbano. E o relatório dos engenheiros, primoroso e até hoje de uma atualidade impressionante, ficava arquivado.

Em 1974, estudos sobre o sistema viário de Ouro Preto, elaborados pela Fundação João Pinheiro, conduziram à proposta de uma via periférica ao núcleo histórico. Segundo o Relatório Síntese do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, “esta via conduziria o tráfego principal ao Terminal Rodoviário, sem cruzar áreas de valor histórico, permitindo, assim, tanto um acesso fácil ao núcleo, quanto uma travessia fluente da área urbana.” Três anos mais tarde, o Prefeito Alberto Caram solicita, sem sucesso, a construção desta Via Periférica e de um armazém geral, medida, segundo ele, de capital importância para a proibição do tráfego pesado na cidade.

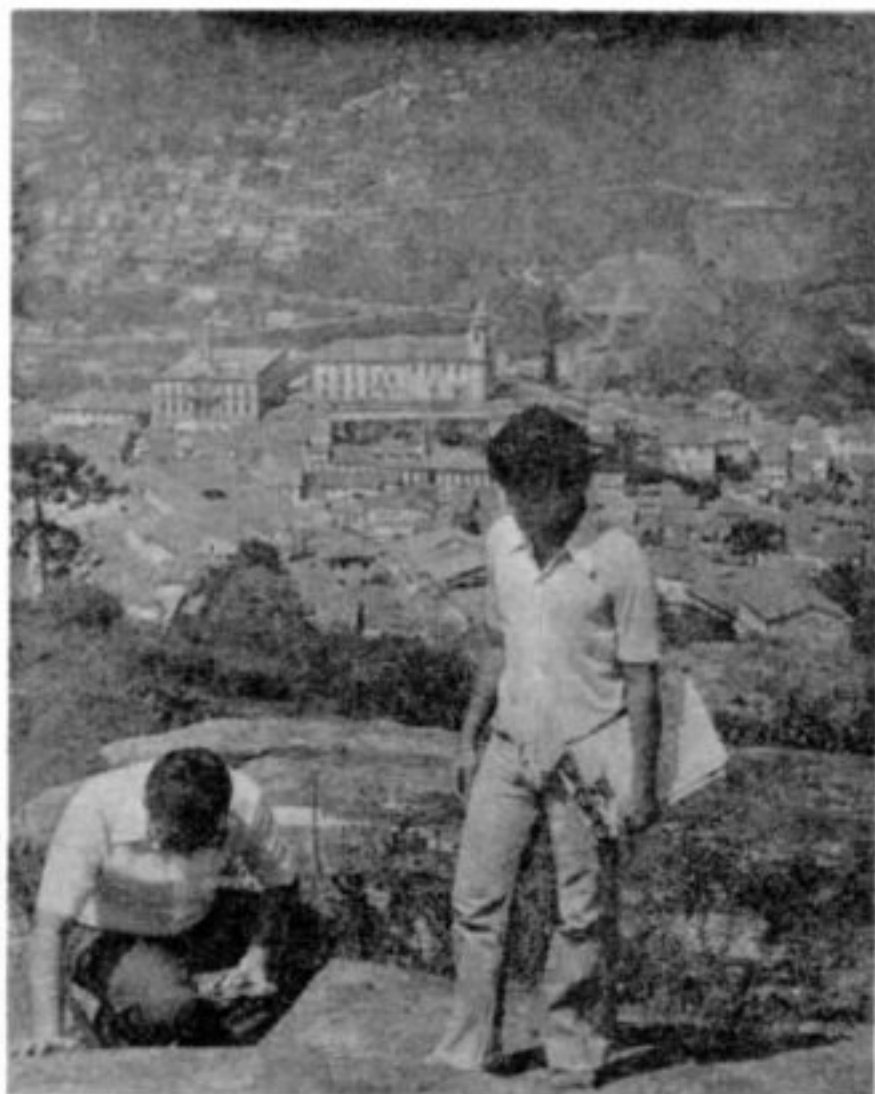
Em fevereiro de 1979 a cidade sofre duramente com as chuvas e, por solicitação do então IPHAN, técnicos voltam a abordar o problema do trânsito, agora sob o ponto de vista da geologia e afirmam, em relatório, que as

vibrações produzidas por veículos são suficientes para provocarem fissuramento e que estes estão favorecendo a infiltração e a percolação — a passagem das águas através das camadas.

Alarmado com a situação, o delegado Amir de Almeida, em setembro do mesmo ano, baixou portaria dispondo sobre o trânsito na cidade. Entre outras medidas, limitou a tonelagem máxima permitida na área urbana para dez toneladas e sugeriu ao Prefeito Municipal a construção de dois postos de fiscalização, nos trevos Saravenha/Ouro Preto e Mariana/Ouro Preto, o que até hoje a contragosto da Prefeitura, não se efetivou.

Dois meses mais tarde é assinado um convênio entre a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Universidade Federal de Ouro Preto e a Prefeitura de Ouro Preto, que tem por objetivo a preservação, a restauração e a revitalização cultural da cidade. Em abril passado, técnicos deste Convênio, que passou a ser conhecido como Projeto Ouro Preto, criam um programa de estudos da influência do tráfego na deteriorização do pavimento e do casario, que sugere a necessidade de avaliação dos riscos inerentes ao tráfego, seja sobre as estruturas em si, seja sobre as estruturas geológicas sobre as quais se apoiam. (Leia mais adiante “Carta geotécnica”).

Finalmente, em 17 de julho é assinado convênio entre o Ministério dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, com a interveniência da Empresa Brasileira de Transpor-



Dimas Guedes



Mê de Lourdes Castro

O Convênio sugere a necessidade de avaliação dos riscos inerentes ao tráfego, seja sobre as estruturas em si, seja sobre as estruturas geológicas sobre as quais se apoiam.

tes Urbanos – EBTU, a Empresa Brasileira de Planejamento Urbano – GEIPOT, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–SPHAN e a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Minas Gerais para a realização do “Estudo de Transportes Urbanos de Ouro Preto”.

O objetivo do instrumento, que já incorporou os estudos acima citados e especificamente o último, realizado pelo Convênio SPHAN/UFOP/PMOP, é a ordenação da circulação de veícu-

los na cidade, condicionada pela necessidade de preservação de seu patrimônio histórico e cultural. Para tanto, em junho de 81, medidas concretas destinadas a equacionar os problemas criados pela circulação indiscriminada de veículos estarão prontas a serem executadas. As recomendações do Grupo de Trabalho abrangerão o remanejamento da circulação de veículos privados, de carga e ônibus; a circulação de pedestres, estudando-se, inclusive, a conveniência da criação de áreas exclu-

sivas para os mesmos; a adoção de uma política racional de estacionamento de veículos privados; a formulação de diretrizes para operação de transporte de cargas; a reorganização do sistema de transporte coletivo; a localização e tratamento a ser dado às paradas de táxi; a localização do terminal de passageiros interurbanos e de carga; plano de sinalização e a melhoria das condições ambientais da área objeto de estudo.

Leopoldina pode ser solução para o problema de transporte e crescimento urbano

A proposta é do professor Marçílio Dias de Carvalho, da Escola de Minas e foi por ele encaminhada ao Convênio SPHAN/UFOP/PMOP – Projeto Ouro Preto, que participa também do Grupo de Trabalho criado pelo Convênio Ministério dos Transportes/Prefeitura. Ele pondera que a expansão urbana descontrolada e o uso do transporte individual adquiriu, em Ouro Preto, aspectos muito especiais. Identifica dois níveis de pressão: a urbana, decorrente principalmente do fluxo de turismo interno e externo e a urbana industrial que, segundo sua ótica, é hoje totalmente incontrolável. E justifica: “uma das mais importantes regiões industriais do país, Ouro Preto apresenta potencial de crescimento mineral-metalúrgico que não pode ser contido

em nome do passado e sim disciplinado na forma mais racional, sem grandes investimentos, utilizando e otimizando os recursos existentes”.

Lembrando-se de empresas já instaladas na região, como a Alcan, a Samarco, a Açominas e a Cvrld, entre outras, propõe a revitalização do trecho da Rede Ferroviária Nacional nos municípios de Mariana e Ouro Preto, representada pela Estrada de Ferro Leopoldina. O professor acrescenta: “acredito que a medida apresenta-se como solução para oferecer transporte a baixo custo, permitindo aliviar a pressão urbana sobre o núcleo histórico e reduzindo o transporte rodoviário. Na década de 50, a estação de

Ouro Preto era servida por quatro trens de passageiros por dia e que foram sucessivamente retirados nos tempos dos derivados de petróleo a preços baixos. Com a crise atual acredito que devemos reestudar o problema da utilização parcial desta ferrovia o que poderia, inclusive, permitir direcionar o crescimento urbano para fora do núcleo histórico. Isto seria sucesso desde que este transporte se mostre barato, confiável e que atenda os horários de real demanda”.

O critério de horário proposto considera Ouro Preto/Saramenha como centro do sistema urbano regional e sugere facilidades de transporte de massa que permita à população residir ao longo de um eixo ferroviário de 37 km. Assim, os horários de transporte levariam a população a efetuar, no centro do sistema, as atividades normais de educação, trabalho, comércio, saúde e lazer. Inversamente, não seriam criadas facilidades no sentido contrário, ou seja, residir em Ouro Preto e trabalhar fora do núcleo central.

Projeto Parque do Itacolomi/Serra de Ouro Branco

Ouro Preto vem experimentando, nas últimas décadas, um processo acelerado de expansão demográfica, em consequência do crescimento intenso de atividades ligadas à indústria extrativa mineral, de transformação e de turismo, assumindo, como já vimos, caracte-

terísticas de polo regional no fornecimento de serviços da área federal e estadual. Este problema, naturalmente, concorre de maneira decisiva para exercer, sobre o município, insuportável pressão de demanda na área de habitação e serviços municipais.

Neste contexto, a recente implantação da Açominas, em Ouro Branco, pode desempenhar um papel importante no futuro de Ouro Preto – a criação de um polo de atração mais poderoso na região poderá trazer efeitos benéficos.

Isto é o que se pode prever após a fase de maturação da Açominas. Compreende-se, entretanto, que, antes de consolidado o núcleo urbano de Ouro Branco, em termos habitacionais e de sua infraestrutura de serviços, uma ligação rodoviária entre Ouro Preto e

Ouro Branco deflagaria, na certa, um fenômeno demográfico oposto: o uso de Ouro Preto como área de habitação e a estrada como via rápida para se chegar ao local de trabalho. "Afigura-se-nos, diz Dimas Dario Guedes, coordenador do Convênio SPHAN/UFOP/PMOP — Projeto Ouro Preto, que um movimento desta natureza poderia trazer consequências irreversíveis e, sem sombra de dúvidas, altamente danosas às características que aqui precisam ser preservadas".

Partindo destes pontos e considerando que a construção de estrada ligando as duas cidades será forçosamente decidida no futuro, Dimas Gue-

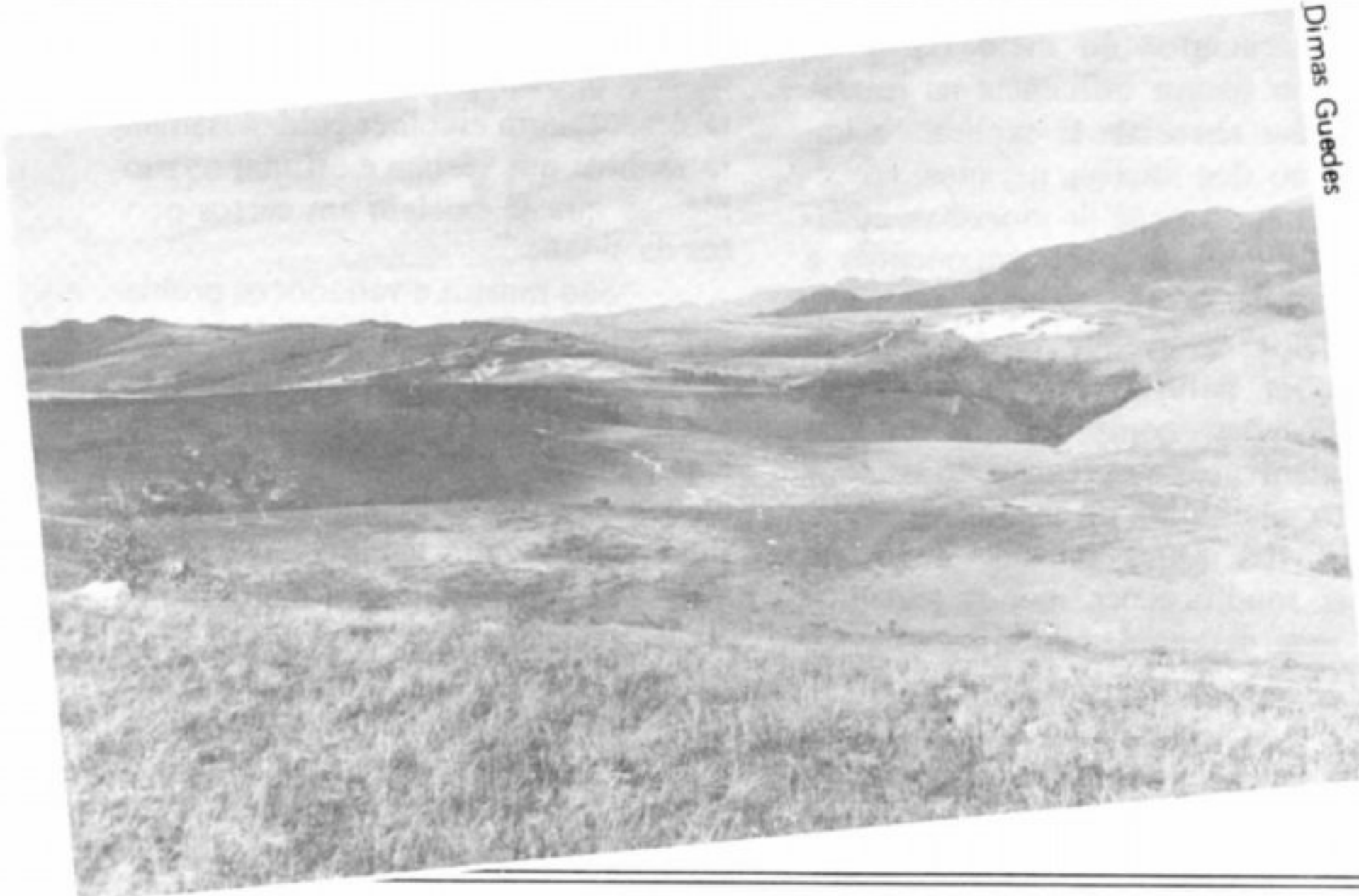
des, em nome do Convênio, sugere que a medida "seja protelada até que a consolidação de Ouro Branco crie alternativas concretas e viáveis que impeçam a descaracterização de Ouro Preto". E como medida a ser adotada imediatamente solicita a criação, entre as duas cidades "de uma área regida por estatuto especial que, mesmo não colocando obstáculos definitivos à construção da estrada, permita orientar o uso do local."

A questão, polêmica naturalmente, tem suscitado discussões em várias esferas e o que se tem demonstrado, até o momento, é uma intenção por parte dos governos federal e estadual,

de não apenas retardar a implantação da rodovia mas, sobretudo, de se ampliar a área do Parque do Itacolomi, proposta da Fundação João Pinheiro e endossada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A medida, caso concretizada, criaria em volta da cidade "monumento mundial" um cinturão de proteção ambiental.

Quanto à estrada, a informação do Departamento de Estradas de Rodagens do Governo do Estado de Minas Gerais é de que o pedido de projeto figura em 29º lugar na escala atual de prioridades do órgão.

Ouro Preto terá nova alternativa de moradia



Dimas Guedes

Visando permitir uma ocupação racional da área do Falcão — 116 ha doados pela Companhia Siderúrgica Nacional à Prefeitura Municipal de Ouro Preto, para construção de um núcleo habitacional — reuniram-se em setembro último a SPHAN, a Fundação Nacional Pró-Memória, a Universidade Federal de Ouro Preto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, a Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e a COHAB/MG.

Do encontro, onde ficou acertada a necessidade de elaboração de um Plano de Ocupação da Área do Falcão, sob a responsabilidade da Fundação João Pinheiro e participação efetiva e acompanhamento sistemático das demais entidades envolvidas, saíram algumas linhas norteadoras da filosofia do trabalho. A primeira diz respeito à observância das recomendações do Núcleo de Geologia e Geotécnica do Con-



vênio SPHAN/UFOP/PMOP — Projeto Ouro Preto e à necessidade de preservação do Patrimônio natural da área, respeitando-se os ecossistemas presentes nos bosques e cursos d'água.

A ampliação do Parque do Itacolomi assim como a ampliação do perímetro de tombamento da Serra de Ouro Branco, interligando-os e criando uma barreira à expansão da ocupação do solo; a busca de alternativas de ação que retardem a construção da estrada

interligando Ouro Branco e Ouro Preto; o estudo de alternativas que evitem a polarização migratória da área, geradora de especulação imobiliária prejudicial às formações comunitárias e à organização do espaço urbano e a identificação da demanda, qualitativa e quantitativa, de novas habitações no município, foram outras das diretrizes apontadas como fundamento para que a Fundação João Pinheiro desenvolva o Plano em questão.

Carta geotécnica dirá onde e como ocupar o solo

O Convênio SPHAN/UFOP/PMOP — Projeto Ouro Preto vem, desde sua assinatura, trabalhando a elaboração de uma carta geotécnica para Ouro Preto. Dimas Guedes, coordenador do Projeto, afirma que “salvo casos excepcionais, obras e procedimentos gerais de estabilização de encostas comportam alternativas mesmo que visem objetivos práticos semelhantes”. Partindo desta premissa básica, ele diz que “considerando o contexto físico e sócio-econômico para os quais se dirigirão os trabalhos, a equipe do Convênio, ao longo de sua atuação, desenvolveu uma posição filosófica consubstanciada nos seguintes pontos: primeiro — medidas que garantam taxativamente a estabilidade de todas as encostas de Ouro Preto são economicamente inviáveis; segundo — se tais medidas, a despeito do problema acima, fossem tomadas para todos os pontos problemáticos, envolveriam obras que transfigurariam a paisagem da cidade, com marcados prejuízos para suas características únicas. Defende-se, aqui, o princípio de que o monumento é inseparável do meio, só tendo sentido completo na moldura em que está inserido. O terceiro ponto que defendemos é que a cartografia geotécnica moderna adota como um de seus princípios básicos a idéia de que ao meio físico deve ser destinado o uso para o qual ele está intrinsecamente vocacionado”. Esta filosofia, a cuja aplicação corresponde o menor custo e o máximo benefício de caráter sócio-econômico, é a idéia básica, o argumento essencial na orientação dos trabalhos do Projeto Ouro Preto.

O consultor Edézio Teixeira de Carvalho, do Projeto Ouro Preto, explicando a carta geotécnica que está em elaboração define-o como documento síntese que reúne de forma cartográfica os elementos do meio físico de maior ou menor influência na estabilidade das encostas. E explica: “a implantação dos núcleos urbanos, envolvendo a construção de moradias, edifícios públicos, praças, arruamentos e estradas de acesso sempre modifica, em maior ou menor intensidade, as condições naturais do terreno. Tais modificações compreendem intenso desmatamento, a execução de cortes e aterros, alterações no regime de escoamento das águas pluviais e muitas outras modificações menos perceptíveis mas necessariamente não menos importantes.”

“Os terrenos reagem de maneira muito variada a estas modificações: alguns comportam-se relativamente bem; outros já mostram reações mais ou menos intensas e outros, finalmente, podem sofrer, como consequência, sensível mudança de comportamento, o que pode acarretar fenômenos de erosão intensa, escorregamentos, inundações, etc, muitas vezes com vultosas perdas materiais e humanas.”

“A história mostra que, no passado, várias cidades importantes foram destruídas ou em grandes cataclismas, como terremotos, erupções vulcânicas, inundações ou, simplesmente, morreram pouco a pouco, em decorrência dos processos lentos de degradação a que foram levadas pela forma inadequada por que foram construídas. No primeiro caso, é claro que o local de implantação da cidade foi mal escolhi-

Dovido à urgência de sua execução, o Plano de Ocupação da Área do Falcão foi dividido em duas etapas: a primeira, a ser concluída em 30 dias, visará liberar a Prefeitura de Ouro Preto para acertar com a COHAB/MG os primeiros entendimentos para a construção do bairro residencial; a segunda englobará os estudos mais detalhados, para acompanhamento do projeto de implantação propriamente dito.

do e no segundo, embora o local possa não ter sido mal escolhido, a forma de ocupar e construir foi responsável pelos fenômenos de degradação.”

“Ouro Preto é uma cidade cujo local de implantação não foi mal escolhido, simplesmente porque não foi escolhido. Mas não resta dúvida de que a cidade cresceu mais do que devia, passando a ocupar áreas que nossos antepassados sabiamamente evitaram. Na época eles tinham alternativas. Atualmente é necessário escolher cuidadosamente as áreas que restam e estudar os problemas que já existem em certos pontos da cidade.”

“São muitos e variados os problemas que o Convênio SPHAN/UFOP/PMOP — Projeto Ouro Preto vem estudando em toda a área urbana da cidade e na periferia. A finalidade é propor soluções para as áreas mais comprometidas assim como estabelecer ordenamentos adequados para a ocupação de áreas ainda vazias. O produto final deste estudo será a Carta Geotécnica de Ouro Preto, na qual são identificados três tipos de áreas: o primeiro, aquelas que não apresentam risco de escorregamentos; o segundo, aquelas que apresentam risco em grau moderado e finalmente, aquelas que apresentam elevados graus de risco.”

“Com a delimitação dessas áreas poder-se-á proteger a cidade de ocorrências desagradáveis, no futuro. Assim, para construções a serem edificadas nas áreas dois — de risco moderado — serão prescritas normas que permitam solucionar os problemas antes que eles ocorram, como se faz na medicina preventiva e para as áreas três, de alto risco, recomendaremos a interdição para construção. Assim se evita a ocorrência de desastres claramente previsíveis.”



Dimas Guedes



Dimas Guedes

Ponte dos Contos poderá ser em breve moldura para o parque da cidade

A Fundação João Pinheiro acaba de concluir, com o apoio do Convênio SPHAN/UFOP/PMOP – Projeto Ouro Preto, o Estudo Complementar de Viabilidade da Unidade da Proposição 19 do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.

Tal projeto prevê a criação de uma área de lazer no perímetro compreendido entre as ruas São José, Randalfo Bretas, Pilar e Paraná e praças Reinaldo Alves de Brito e Américo Lopes, no centro do sítio histórico. A proposta visa, em primeiro lugar, sanar a carência da população ouropretana quanto aos equipamentos e locais de lazer, assim como de áreas verdes, livres e gramadas; justifica-se ainda como meio de evitar a progressiva devastação das espécies vegetais que recobrem quase que completamente o ambiente, consolidando assim a encosta de declividade bastante acentuada, à direita do córrego Ouro Preto, mantendo assim o equilíbrio do meio biofísico.

A área do projeto abrange quatro setores. O primeiro, próximo à Ponte dos Contos, fortemente aciden-

tado, é cortado pela calha profunda do riacho. Os elementos de maior importância no local são a cascata e o arco da ponte que, de certo ângulo, emoldura a primeira. O segundo, área de vegetação herbácea densa, sujeita a alagamento, não se presta a implantação de caminhos, espaços edificadas, nem tampouco a equipamentos de lazer. Já o terceiro setor, pouco acidentado e recoberto de vegetação rasteira e arbustiva, com diversas espécies de flores que ali se desenvolvem sem qualquer cultivo, possui um campo de futebol. Esta deverá receber, segundo o projeto, um tratamento paisagístico detalhado, com a ampliação de espécies florais, todos os equipamentos de jogos infantis, quadras de esportes e bancos, adquirindo o local características de praça, dividida em patamares formados pelos muros de arrimo de pedras, já existentes.

Finalmente, o quarto setor, recoberto por densa vegetação arbórea e trepadeiras, desenvolve-se predominantemente pelas encostas mais escarpadas, sendo significativo o seu papel como elemento natural de contenção

do terreno. No local o Estudo Complementar de Viabilidade da Proposição 19 recomenda apenas a retirada do lixo existente ao fundo das casas e a transformação de uma delas, ali existente, em sede da administração do próprio parque e em sanitários públicos. O projeto recomenda a utilização das ruínas de pedra localizadas neste setor para a colocação de vestiários para as quadras de esportes.

Os trabalhos já concluídos incluem o levantamento topográfico, o mapeamento geológico, o levantamento da vegetação de porte mais desenvolvido, o estudo dos acessos da área, o estudo dos instrumentos jurídicos para efeito de desapropriação, exame bacteriológico da água do Córrego Ouro Preto, o levantamento de dados geomorfológicos dos quatro setores, a vistoria de todas as edificações da área e fachadas posteriores, com as devidas indicações de obras necessárias naquelas que descaracterizam a ambiência, além de pesquisas sobre lazer, parques infantis, quadras esportivas e seus equipamentos.

Restauração do Jardim Botânico ajudará trabalhos de contenção das encostas

Em 1798 o governo português determinou que se fundasse “na Capitania, um Jardim Botânico destinado a cultura de plantas indígenas e exóticas e árvores para construção”. Vinte e sete anos depois, inaugurava-se o Jardim Botânico que funcionou como centro de pesquisas e “antes de tudo como espécie de fazenda”, onde se produzia chá, cera, amora e desenvolvia-se, com resultados animadores, a criação do bicho da seda. Já em 1897, em “Ephemerides Mineiras”, coligidas, coordenadas e redigidas por Francisco Pedro Xavier da Veiga, achamos referências ao declínio das atividades ali desenvolvidas, quando se lê que “de muitos anos acha-se em lamentável abandono o estabelecimento”.

No início deste século passou a funcionar em terras do Jardim Botânico, de propriedade do Estado, o Insti-

tuto Barão de Camargo, um patronato que abrigava meninos até completarem a idade de 18 anos, encaminhando-os para a vida profissional e o serviço militar. Com a criação da Fundação do Bem-Estar do Menor – FEBEM, aquelas terras passaram a integrar seu patrimônio e ali foi implantada uma unidade que abriga, ainda hoje, meninas até aos quatorze anos.

“Em 1977 foi firmado contrato de comodato entre a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e a FEBEM”, explica Angelo Oswaldo, secretário de Turismo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, “com a finalidade de se promover na área do Jardim Botânico, conhecida como Passa-Dez, sua revitalização, restauração e utilização como área de lazer; a preservação da flora e da fauna locais e a implantação de viveiros e mudas de espécies vegetais e nativas.”

Neste mesmo contrato ficou previsto que, para a Prefeitura desenvolver seus objetivos junto ao Jardim Botânico, poderia estabelecer convênio com entidade educacional, o que ocorreu em 21 de maio passado, como termo aditivo ao Convênio SPHAN/UFOP/PMOP – Projeto Ouro Preto. Por este instrumento a Universidade Federal de Ouro Preto tomou a seu cargo a execução das obras de restauração, através de seus técnicos que integram o Projeto Ouro Preto e com os recursos necessários colocados à sua disposição pela Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR e SPHAN (IPHAN 2, pg. 7).

Até agora já se realizaram os trabalhos de levantamento topográfico da área do Jardim Botânico, a demarcação das divisas, o levantamento e catalogação da flora e da fauna ali existentes e iniciaram-se a implantação dos viveiros de mudas de essências vegetais nativas que não apenas serão utilizadas no Jardim Botânico mas também nas obras de contenção das encostas, necessárias à preservação da cidade como um todo.

Equipe ajuda a população a conservar seus imóveis



Dimas Guedes

O apoio às atividades de preservação e recuperação do Núcleo Histórico de Ouro Preto, também previsto no contrato de serviços assinado entre a SPHAN, a Universidade de Ouro Pre-

to e a Prefeitura Municipal, vem se desenvolvendo de maneira sistemática, através do acompanhamento e fiscalização das obras aprovadas pela 6ª Diretoria Regional da SPHAN, e do forne-

cimento de subsídios a este órgão para aprovação de projetos e ainda na implantação de ações preventivas de preservação do sítio, propriamente ditas.

Para o atendimento a este último item, o Projeto Ouro Preto montou a “equipe de obras urgentes”, composta hoje de quatro serventes ou ajudantes de pedreiros, três pedreiros e quatro carpinteiros, que trabalham sob a supervisão de dois mestres de obra: “seu” Juca, funcionário da Universidade Federal de Ouro Preto, agora cedido ao Convênio e “seu” Antônio Acácio, com 35 anos de experiência no antigo IPHAN. O trabalho é supervisionado pelo arquiteto Uziel K. Rozenwajn que vê como objetivo mais importante do trabalho a aproximação do “patrimônio” com o habitante da cidade, na medida em que 90% das atividades destas equipes se desenvolvem junto a proprietários de antigas edificações, desprovidos de recursos para manutenção ou reforma do imóvel. “É a mudança da imagem do Patrimônio junto à comunidade, uma imagem mais próxima do povo, não mais apenas junto ao monumento e aquilo que ele representa de grandioso. Nosso trabalho é

como o trabalho da medicina preventiva. O que queremos é não deixar que a edificação se deteriore, gerando, no futuro, obras de grande vulto”.

Quando, há cinco meses, foi montada pelo Projeto Ouro Preto esta equipe, já existia na cidade, segundo depoimento de vários moradores, uma expectativa muito grande sobre a nova forma de atuação do “patrimônio”. Algumas dezenas de pedidos de reparos, desde pequenos, como goteiras, até maiores, que necessitariam de restauração, já se acumulavam na mesa do coordenador, Dimas Guedes, que na época, com equipe mínima, se dedicava aos problemas de geologia provocados pelas chuvas de fevereiro de 1979 (IPHAN 1, 2 e 3). Com a contratação do arquiteto, pode então o Projeto Ouro Preto iniciar este trabalho. E a notícia espalhou-se pela cidade: cinco meses, trinta obras concluídas, sem um dia de interrupção do trabalho e com uma quantidade ainda maior de solicitações.

É o próprio Uziel quem explica o método de trabalho da Equipe de Obras Urgentes: “a pessoa nos procura e o primeiro passo é a entrevista, aqui

mesmo, na Casa da Baronesa. Levantamos sua renda familiar, de quantas pessoas é composta a família, quantos habitam a casa, quantos trabalham, respectivas profissões, etc. Em seguida, visitamos a casa e fazemos um levantamento da extensão da intervenção. No caso de necessidade de restauro informamos sobre nosso trabalho e orientamos às pessoas quanto ao procedimento que deve adotar. A nossa atuação é apenas preventiva, ou seja, na área de consolidação do imóvel. Intervimos nos aspectos que podem ameaçar a construção. Somos o pronto-socorro. E se o caso é mesmo este, listamos o necessário à intervenção. O proprietário adquire o material, que é o custo mais baixo em qualquer obra, nos comunica e imediatamente entramos com uma equipe para o trabalho, que geralmente não dura mais de 20 dias”.

Mas estes critérios — renda familiar, aquisição pelo proprietário do material necessário, obra que não demanda mais de 20 dias de mão-de-obra — não são assim tão rígidos. É o caso, por exemplo, de um pedido assinado por vários representantes da comunidade

de São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto, que acaba de beneficiar uma residência com problemas de desaprumo na parede frontal e na parede posterior, com sérios riscos de desabamento. A equipe do Projeto Ouro Preto conseguiu fazer uma coleta do material necessário à consolidação da casa, uma vez que o proprietário não possuía recursos para tanto. Padre Simões, pároco do Pilar, o comerciante Jaime Bastos, o Convênio SPHAN/UFOP/PMOP e a própria família se cotizaram e conseguiram o material necessário. A obra está pronta.

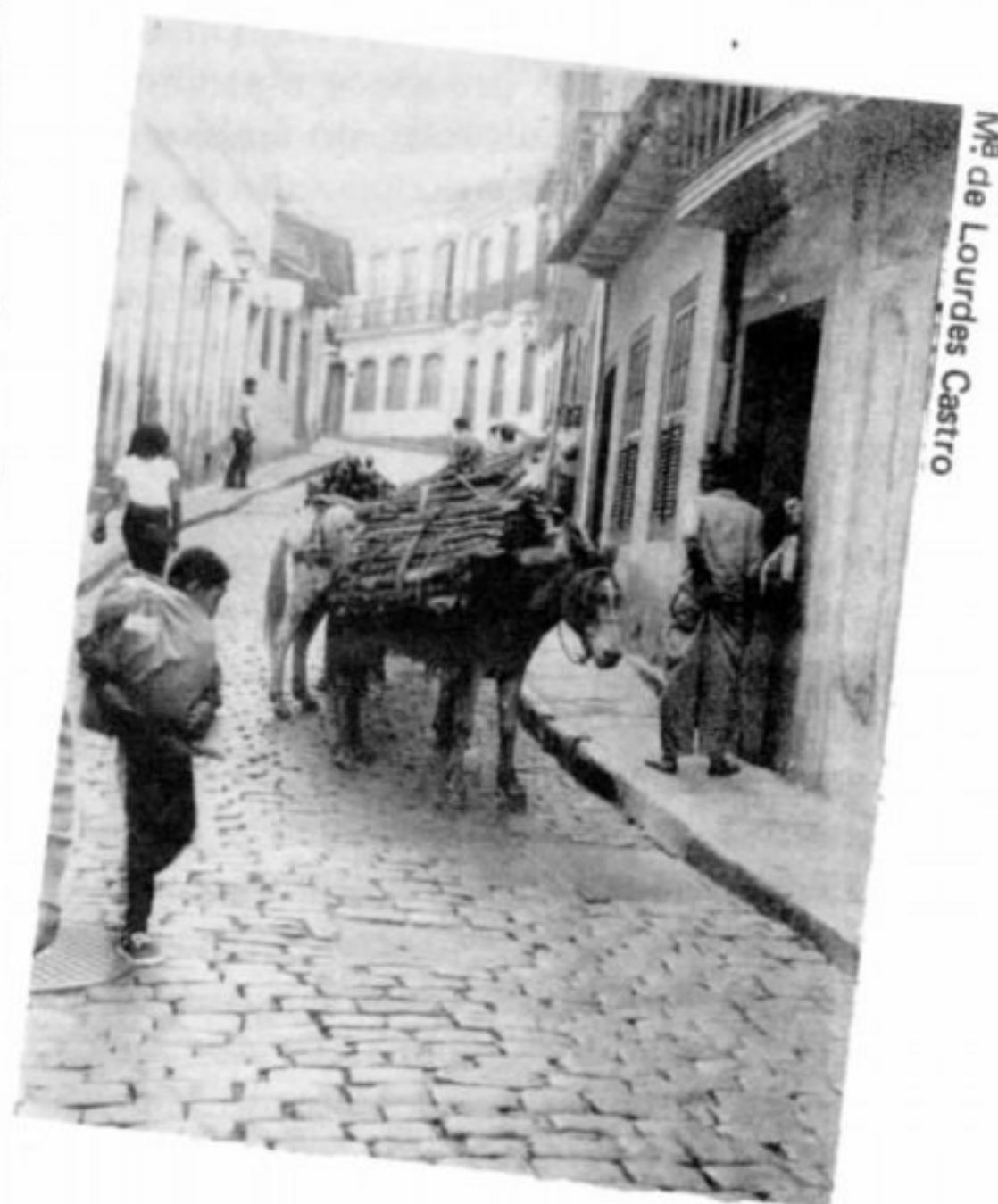
Outro trabalho realizado fora do Núcleo Histórico pela Equipe de Obras Urgentes foi em Cachoeira do Campo. “Para se evitar um problema maior, agora, com a chegada das chuvas, fizemos um reparo em parte do telhado da igreja de Cachoeira do Campo, que tem uma inclinação muito grande, fazendo com que as telhas corram. O trabalho foi só de emboçar — segurar com massa — parte destas telhas. O pedido foi do Pe. Simões e seu atendimento imediato é para evitar problemas com o forro, muito bonito e todo pintado”, diz “seu” Antonio Acácio.

Programa Cultural

Dentro do Convênio SPHAN/UFOP/PMOP — Projeto Ouro Preto, além dos trabalhos de geologia e geotécnica, florestamento e reflorestamento necessários à recomposição da paisagem e estabilização das encostas e taludes e apoio às atividades de preservação e recuperação do núcleo histórico, se previu o desenvolvimento de atividades de animação cultural. Para este fim, se organizou o Programa cultural, sob a coordenação do professor Luiz Felipe Perret Serpa, da Fundação Nacional Pró-Memória e Assessor Cultural da Universidade Federal de Ouro Preto, que tem como metas a elaboração e implantação de projetos de caráter multi-institucional nas diversas áreas da cultura, envolvendo as atividades das comunidades regionais; o assessoramento ao grupo de trabalho do programa especial de emergência de preservação e recuperação da cidade de Ouro Preto, em

problemas que envolvam trabalhos com grupos locais; o desenvolvimento dos sistemas de referência cultural, envolvendo os conhecimentos obtidos nos projetos; a cooperação para o desenvolvimento das infra-estruturas dos diversos sub-sistemas sociais e econômicos da região, ou seja, nas áreas de educação, saúde, habitação e produção.

“Partindo da premissa básica de preservação com revitalização cultural dinâmica”, explica Felipe Serpa, “buscamos com o Programa Cultural, depois de dois ou três anos de atividades, resolver duas preocupações: uma é a preservação de Ouro Preto através da criança, que será o adulto daqui a 15 anos, pela formação de um movimento multidisciplinar, multi-institucional local, dirigido para a educação institucional em todos os níveis. A outra preocupação é podermos influenciar na implantação da Universidade, mos-



Mãe de Lourdes Castro

trando a importância de implantar a UFOP de maneira peculiar, harmonizando a implantação com a preservação da cidade, no sentido de tornar esta Universidade uma experiência, um

modelo de universidade brasileira, no contexto em que ela está inserida”

Após meses de levantamento das potencialidades da região, reuniões com instituições e grupos locais e formação da equipe, até agora composta de nove pesquisadores e animadores culturais, alguns projetos já se iniciam e outros se esboçam para o próximo ano. Entre os primeiros, destacam-se o sub-programa Artesanato e Tecnologias Patrimoniais, que já tem uma de suas etapas concluída com o trabalho de Cachoeira do Brumado (SPHAN 7).

Outro projeto, surgido por solicitação de segmentos da população ouropretana é o de Revitalização do Mercado Municipal de Ouro Preto, que visa propiciar melhores condições de comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros e artesanais, criar um acervo de referências culturais e ainda criar condições para a reprodução do experimento em áreas congêneres. A estratégia de ação, neste caso, está baseada na recuperação do antigo mercado municipal de Ouro Preto, na recuperação e manutenção da estrada de tropas que liga o povoado de Doutor a Ouro Preto, na identificação de outras estradas economicamente passíveis de recuperação, na documentação áudio e visual das dinâmicas sócio-econômicas, assim como dos processos e produtos tecnológicos e culturais, no âmbito do referido mercado e no caminho de tropas e, finalmente, na avaliação periódica do experimento, junto aos consumidores, produtores e artesãos locais.

Para a concretização deste projeto criou-se um outro, o de Capacitação de Artífices para Apoio da Área de Restauração de Bens Culturais Imóveis, visando não apenas a capacitação de pessoal nesta atividade, mas sobretudo a revitalização do conhecimento, em vias de extinção, de restauradores do antigo IPHAN e a documentação do processo ensino/aprendizagem. No caso, estão sendo selecionados dez jovens escolhidos por Antonio Acácio, que o acompanharão não apenas na restauração do Mercado Municipal como também nos trabalhos das Equipes de Obras Urgentes.

Dentro do Programa Cultural está em desenvolvimento, ainda, um sub-programa de Artes, que projeta a criação de um Centro Experimental de Criação de Obras Públicas Populares — CECOPP, que visa contribuir para a

criação das condições necessárias para a participação da comunidade na transformação do meio ambiente, a partir das bases culturais e materiais que lhes são próprias, formando artistas plásticos e preservando, ao mesmo tempo, a memória plástica da cidade. Ainda dentro deste sub-programa está prevista a formação de Grupo Experimental de Danças Afro-Brasileiras, com a finalidade de desenvolver a prática desta forma de expressão, através de oficinas e grupos experimentais que incentivarão, também, os estudos sobre cultura negra no Brasil e particularmente dentro de Minas Gerais.

O projeto Documentação de Ouro Preto, já em fase de análise para aprovação, visa registrar os elementos da memória da cidade, tais como depoimentos, lendas, mistérios, curiosidades, obras de arte, singularidades arquitetônicas, arquivos, documentos, fotos antigas, pessoas típicas, criando-se um acervo para consulta do público em geral e especialmente de historiadores e pesquisadores. Este projeto está sendo visto como uma experiência piloto, visando sua possível multiplicação em outros núcleos mineiros, tais como Diamantina, Sabará e Mariana.

Finalmente, dentro do Programa Cultural do Convênio SPHAN/UFOP/PMOP, vamos encontrar o sub-programa Meio Ambiente e Habitação, com seu primeiro projeto já delineado: Escritório-Piloto de Habitação Popular, que visa intensificar o trabalho no Morro do Cruzeiro, local de construção de casas para famílias desabrigadas com as chuvas de 1979, expandindo aquele modelo para outros núcleos habitados por população de baixa renda. O Escritório-Piloto tem ainda por objetivo a criação de uma assistência sistemática às obras de periferia, com orientação geotécnica, o desenvolvimento de elementos alternativos para construção popular, a dinamização dos laboratórios de materiais de construção, de hidráulica e de mecânica de solos, do Departamento de Engenharia Civil da Escola de Minas, a organização de cursos paralelos, de curta duração, sobre temas ligados aos projetos desenvolvidos e a articulação de ações multidisciplinares, particularmente com as equipes de geologia, geotécnica e urbanismo, visando o uso racional das encostas.



Mãe de Lourdes Castro

Seminário discute Madeira-Mamoré

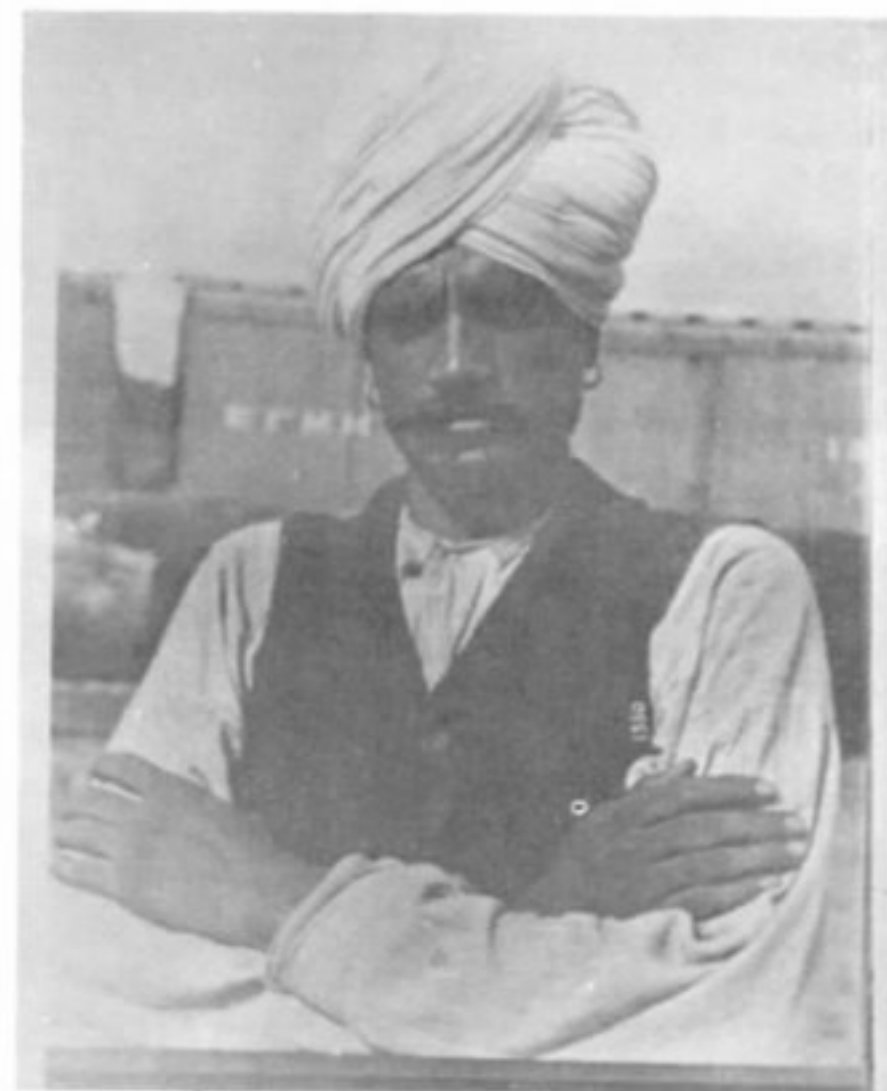
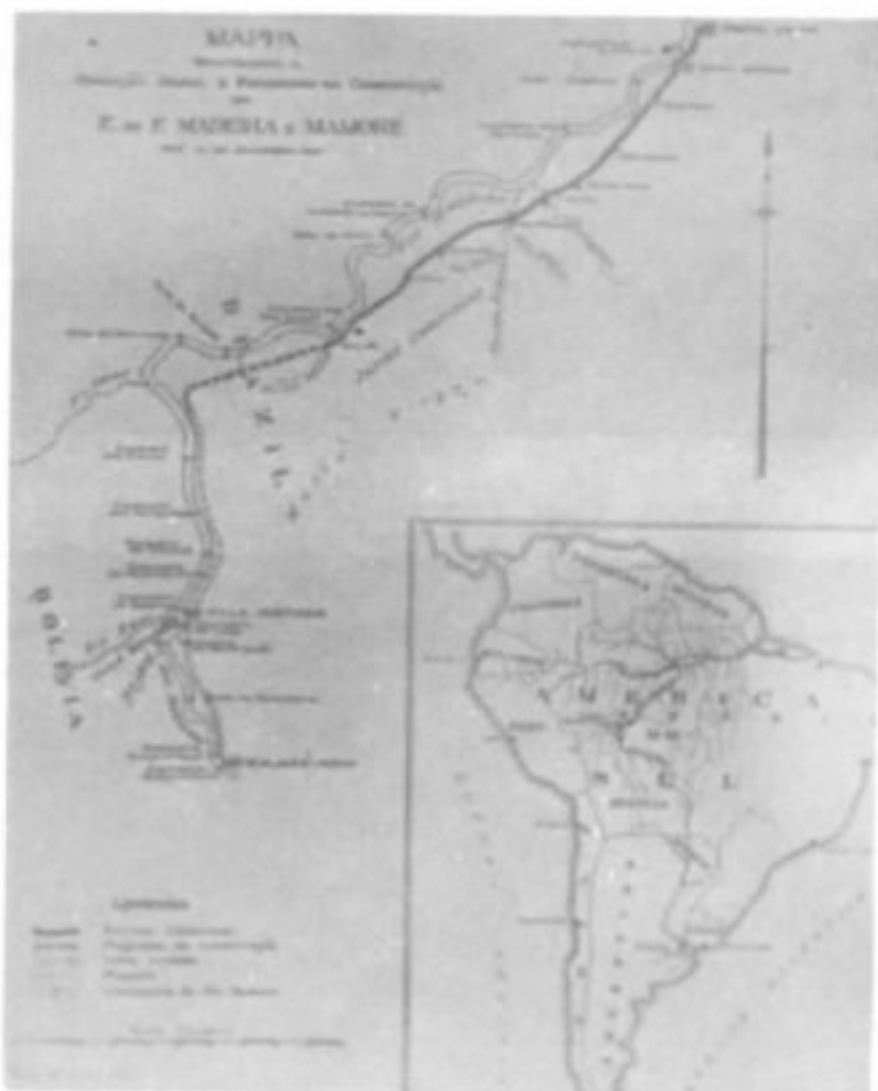
Entre os próximos dias 24 e 29 de novembro será realizado, na cidade de Porto Velho, Rondônia, um seminário para discutir a proteção, recuperação e utilização do patrimônio da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O encontro é promovido pelo Governo do Território de Rondônia e a SPHAN—Pró-Memória, contando ainda com a participação de órgãos federais relacionados com o assunto e com representantes das comunidades locais.

A preservação da memória da ferrovia é um projeto da Fundação Nacional Pró-Memória (IPHAN 4, pg. 5) que, desde algum tempo, vem recolhendo toda a documentação relativa à construção e funcionamento da estrada e agora, com este

seminário, parte para uma ação mais efetiva, em estreita colaboração com a comunidade, como é da filosofia de trabalho da instituição.

Para a preparação do seminário, uma equipe de técnicos da Pró-Memória esteve em Porto Velho, onde obteve a imediata adesão e o apoio do Governador Jorge Teixeira de Oliveira, além de manter contatos com diversos órgãos da administração do território que colaboram na preparação do evento. Os técnicos estiveram também com antigos ferroviários, professores, representantes de órgãos como o IAB e a Associação dos Escritores de Rondônia, com quem discutiram a participação no seminário.



As fotos que documentam a construção

Estas são algumas das 426 fotos que a Fundação Nacional Pró-Memória conseguiu recuperar entre as quase duas mil tiradas, entre 1907 e 1912, pelo

fotógrafo norte-americano Dana B. Merrill que documentou, para a empresa construtora, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

Equipado com uma rudimentar máquina da época (conforme se pode

ver por sua própria sombra projetada em uma das fotografias) e utilizando ainda negativos feitos em vidro, Merrill conseguiu um excelente trabalho de documentação fotográfica.

Dotado de extraordinária sensi-

bilidade, o fotógrafo registrou não só a construção da ferrovia em si, mas sobretudo o ambiente, os tipos humanos, as instalações, o que torna esse conjunto de fotos um raro acervo histórico.

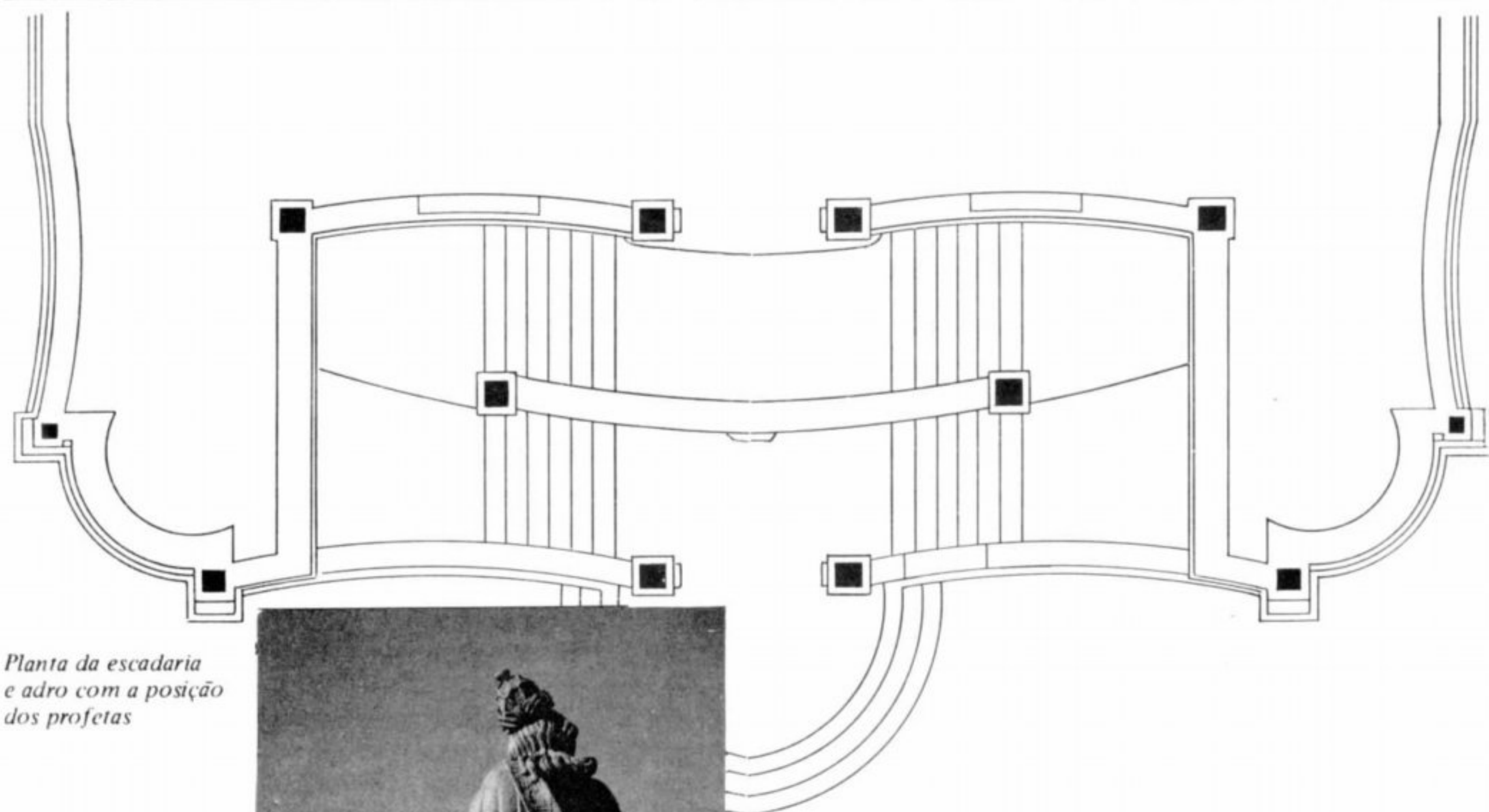
Conforme relata o professor Manoel Rodrigues Ferreira, no prefácio de seu livro **A Ferrovia do Diabo**, “um dos primeiros diretores da ferrovia, no ano de 1915, o engenheiro brasileiro Rodolfo Kesselring, salvou da

destruição todo aquele acervo, guardando-o com especial cuidado. Seus filhos, Paulo e Arinos, continuaram mantendo a guarda daquele precioso arquivo, até que o entregaram ao fotógrafo Ari André, há poucos anos atrás.”

Hoje, lamentavelmente, já não existem mais todos os negativos, conforme constataram os técnicos da Pró-Memória em seu trabalho de recolher a documentação sobre a ferrovia. Das fotografias que já se conseguiu será

feita uma exposição, em Porto Velho, durante o seminário promovido pela SPHAN—Pró-Memória e o Governo do Território de Rondônia, neste mês de novembro. Posteriormente, a exposição deverá percorrer as diversas localidades ao longo do leito da estrada até Guajará-Mirim. Espera-se, com isto, motivar o surgimento de mais material que porventura os moradores da região possuam.





Planta da escadaria e adro com a posição dos profetas

Marcel Gauthierot



“Os profetas de Congonhas não anunciam triunfos; advertem, ameaçam e só prometem desgraças. Pela postura e inscrições que portam, a composição é francamente dramática, severa, teatral e apocalíptica”... Com eles “culmina Antônio Francisco sua carreira, finda o século dourado das Minas e coroa-se o barroco brasileiro de sua mais alta expressão”.

Sylvia Vasconcellos

Profetas: originais ou cópias?

Jorge Abdo Askar

OPINIÃO

Adota-se o termo “musealização” na análise do mecanismo de formação do museu, para designar o processo através do qual um produto da cultura material concorre com outros à constituição de um museu: coleção de objetos, e ao mesmo tempo lugar privilegiado para a sua conservação e fruição.

O processo de “musealização” de um obra de arte começa a partir do momento em que esta perde ou modifica a função específica para a qual foi criada e se carrega de valores diversos daqueles originais.

O método de pesquisa sobre a natureza e a história

do museu fundamenta-se sobre a hipótese de reconstrução dos eventos para os quais um objeto nascido em um determinado contexto e em vista de uma certa fruição, perde em um dado momento a sua conotação originária para assumir uma nova e diversa em um outro contexto, i. é o museu.

Essa premissa é necessária para concluir que os 12 profetas de Congonhas — “robustos não obstante a fragilidade do saponício em que se moldaram e que os devotos vão cubicosamente lanhando”² — continuam sendo os testemunhos maiores do grande trabalho concluído por Antônio Francisco Lisboa para o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos.

Não existem condições mais significativas para a exposição e fruição dos profetas que o Adro-escadaria do Santuário de Congonhas.

O Adro através dos profetas coloca em evidência as interligações entre o Conjunto Arquitetônico, Santuário e Jardim dos Passos, i. é entre o Monumento e o Ambiente histórico-cultural para o qual foi criado e ao qual continua a pertencer.

A avulsão do conjunto dos 12 profetas do contexto artístico-histórico-ambiental para o qual foram criados e ao qual pertencem, com substituição por cópias, modificaria a sua função, acarretando uma separação traumática que incidiria profundamente sobre as singulares estátuas e sobre o conjunto Santuário-adro-jardim dos Passos.

É fundamental discernir os casos de verdadeira e própria “musealização”: i. é o processo pelo qual um objeto perde o seu valor original para assumir um diverso em um diferente contexto; dos casos de pura conservação que se realizam quando uma obra de arte vem subtraída do seu ambiente onde perdeu sua condição de existência com sua função originária.

No caso dos 12 profetas a perfeita coesão da obra de arte ao seu contexto torna-se mais valorizável porque as esculturas e o seu ambiente têm também fisicamente muito em comum.

Além da ligação físico-material, existe a relação que reúne diversos singulares em um conjunto que a longa tradição fez elevar-se à dignidade de “nagem/leitura não mais descomponível nas suas partes.

Os conceitos adquiridos no campo do restauro e conservação dos bens culturais, aliados ao aperfeiçoamento das técnicas no combate à corrosão das rochas como consequência do inquinamento atmosférico, independentes de um rigor histórico, vetariam hoje as substituições de obras originais (sobretudo esculturas) por cópias, ocorridas com muita frequência, da metade dos 800 até início dos 900 na França, Inglaterra e Itália.

As argumentações em que se baseavam estes transferimentos eram diversas, e entre as mais óbvias estava a necessidade de salvar significativos testemunhos de perdas irreparáveis.

Nossa proposta é que a partir da identificação dos fenômenos corrosivos que estão atacando as rochas

de que são feitos os profetas sejam formuladas técnicas de intervenção (remédios) para sua restauração e posterior conservação. Para isto deveria ser feita uma identificação dos agentes biológicos e microbiológicos que podem produzir a degradação dos constituintes da rocha, usando p.ex., o método da cultura dos microorganismos (bastante longo).

O último laudo técnico sobre as rochas empregadas para a materialização das esculturas representando os Profetas deu-se em 41, por Orozco.³

Segundo um último “Parecer preliminar sobre a remoção dos profetas do Aleijadinho para um museu”⁴ somente “após a investigação das propriedades físicas e mecânicas dos materiais, caracterização física e química dos constituintes das rochas, determinação das causas de degradação e avaliação dos riscos, reais e potenciais, e das alternativas de controle”, poderá ser dado um parecer definitivo referente à parte técnica do problema.

Poderia ser tentado o processo da Nucleart: impregnação — irradiação gama, após a “sucção a vácuo”, através de experiência prévia considerando o tipo de rocha, o grau de deterioração, a restauração requerida e as condições de exposição após o tratamento que determinarão a qualidade da impregnação e sua variação de tempo e pressão. O método tem sido largamente aplicado a objetos de pedra calcária, materiais porosos tipo terracota e madeira, levados ao Centro de Pesquisa Nuclear em Grenoble na França. Esta técnica, simplesmente curativa e não preventiva, consome doses muito fracas de radiação gama do radioelemento como o cobalto 60, que permitem repetir o tratamento diversas vezes sem riscos de produzir alterações nos materiais suportes ou dos pigmentos. A simples exposição à radiação destrói os insetos (e suas larvas) mesmo no interior dos objetos.

Do balanço das últimas obras realizadas em Congonhas, em 73 e 74, através de 2 convênios entre IPHAN e IEPHA, verifica-se que as estátuas dos profetas sofreram apenas limpeza. Foram feitas ainda cópias de todos os 12 profetas, cuja modelagem foi feita por meio de “táceis de gesso”.

Jorge Abdo Askar é doutor em restauro de monumentos e centros históricos pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma e técnico da Fundação João Pinheiro.

¹ VASCONCELLOS, Sylvio, *Vida e Obra de Antônio Francisco Lisboa o Aleijadinho*. Companhia Editora Nacional/MEC, 1979.

² ANDRADE, Carlos Drummond de. op. cit., p. 105.

³ As Avarias nas Esculturas do Período Colonial de Minas Gerais. In: Revista do SPHAN nº 5, R.J., 1941.

⁴ MARQUES, Adair Evangelista e FERREIRA, Omar Campos. CETEC, NT-SDOA-001/80

A preservação de Guararapes

Uma série de reuniões entre técnicos e dirigentes da SPHAN e representantes do governo de Pernambuco resultou na aprovação de um Termo de Referência relativo às medidas a serem adotadas para a preservação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, localizado no município de Jaboatão, na área metropolitana do Recife.

Em consequência, já foi assinado convênio entre a Fundação Nacional Pró-Memória e a Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco, visando a concretização das medidas propostas no Termo de Referência. Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação e Cultura, atendendo a uma solicitação da SPHAN, obtinha do Ministério da Previdência e Assistência Social a cessão do advogado Edson Sêda de Moraes, que irá coordenar os trabalhos necessários à preservação do Parque.

Tombada em 1955 pela antiga Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), a área onde se travaram as batalhas dos Guararapes foi desapropriada pelo Governo Federal em 1965, num total de 250 hectares, tendo o Parque Histórico Nacional sido criado em 1970. Desde a época do tombamento, milhares de pessoas habitavam os terrenos do Parque, principalmente nas áreas denominadas Córrego das Batalhas e Rio das Velhas.

No início do mês de agosto, centenas de pessoas, à procura de terrenos para moradia, invadiram o Parque e iniciaram a construção de barracos precários, a maioria deles fora das áreas do Córrego das Batalhas e do Rio das Velhas e, portanto, muito próximos aos cumes das colinas. A primeira decisão adotada foi a de não remover os invasores, solicitando-se do governo de Pernambuco, no entanto, que a área passasse a contar com policiamento efetivo, de maneira a impedir outras invasões, que viriam agravar o problema.

TERMO DE REFERÊNCIA

Logo na segunda quinzena de agosto

foram realizadas as reuniões entre os técnicos e dirigentes da SPHAN e representantes da Secretaria de Turismo Cultura e Esporte e da Secretaria da Habitação do governo de Pernambuco. Depois de analisado o problema, chegou-se à aprovação de um Termo de Referência, com um programa de 7 itens, a saber:

1. *O Parque terá um polígono de contenção, tendo como base a cota 40, área que será considerada de proteção rigorosa, não se permitindo nela nenhuma habitação, mesmo a título precário;*

2. *Os habitantes atuais da área*



A ocupação das encostas processa-se em ritmo acelerado

de proteção rigorosa serão removidos para outras áreas, preferencialmente dentro do Parque;

3. *A SPHAN estudará a situação dos atuais moradores do Rio das Velhas e do Córrego da Batalha, a partir de proposta da comunidade;*

4. *A decisão final sobre o destino dessas duas áreas somente será tomada quando as habitações localizadas hoje na área de proteção rigorosa não mais ali se encontrarem;*

5. *O Governo Estadual e o Governo Federal estudarão projetos de benfeitorias sociais no Córrego da Batalha e no Rio das Velhas;*

6. *O Parque terá uma nova administração composta de um Conselho e um Administrador. O Conselho será constituído de representantes do MEC, do Governo Estadual, da Prefeitura da Cidade do Recife e da Prefeitura de Jaboatão;*

7. *O Parque terá policiamento permanente para impedir qualquer*

nova invasão, construção, ampliação ou reformas.

CONCILIAÇÃO

A formação de núcleos populacionais na área do Parque é muito anterior às medidas legais de proteção, que datam respectivamente de 16 de novembro de 1965, quando entrou em vigor o decreto nº 57.273 que declarou de utilidade pública os terrenos onde se travaram as históricas batalhas dos Guararapes, e 19 de abril de 1971, quando o Decreto 68.527 transformou o local em Parque Histórico Nacional.

Estima-se que o adensamento

demográfico que se registrou ao longo dos anos resultou em uma população que hoje ultrapassa a 30 mil pessoas, muitas das quais habitando o local há mais de 20 anos. De fato, as áreas do Córrego da Batalha e do Rio das Velhas estão de alguma forma consolidadas, existindo mesmo atividades comerciais, como padarias, açougues, etc, além de alguns serviços, como energia elétrica e estradas. Outros serviços básicos, no entanto, não puderam ser implantados até hoje, face à não definição da situação da área. Assim, não há escolas, nem postos de saúde e nem água encanada.

Em recente declaração à imprensa, o secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães, ao se referir à situação do Parque, afirmou: "o que devemos fazer? Chegar lá e dizer que a área está tombada e todos têm que sair? Obviamente eles estão no local não para destruir a área, mas porque precisam.

É uma necessidade social, envolvendo milhares de pessoas. O que estamos procurando fazer é conciliar as necessidades: conseguir que a ocupação da área não signifique necessariamente um risco à sua manutenção”.

Nesse sentido já foram adotadas diversas providências, a partir do que ficou estabelecido no Termo de Referência assinado em 21 de agosto. Já no dia 29 de agosto foi assinado o convênio entre a COHAB-PE e a Fundação Nacional Pró-Memória, com intervenção da SPHAN, com a finalidade de “alocar recursos financeiros em serviços de preservação do Parque Histórico Nacional de Guararapes”.

O convênio estabelece que a Pró-Memória transferirá à COHAB-PE a importância de Cr\$ 631 mil, que serão aplicados na execução de serviços de topografia e na instalação de uma cerca de arame farpado com estacas de madeira, em torno da área a ser delimitada previamente pela SPHAN. Esta medida visa a estabelecer o polígono



Construções rudimentares chegam aos cumes dos morros e à margem da estrada

de contenção rigorosa, com base na cota 40.

Ao mesmo tempo, atendendo a uma solicitação da SPHAN, o Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, encaminhou ofício ao Ministro da Previdência e Assistência Social, Jair Soares, solicitando a cessão do advogado Edson Sêda de Moraes, ser-

vidor da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. Imediatamente o pedido foi atendido e já na primeira quinzena de outubro o advogado Edson de Moraes era colocado à disposição da SPHAN para coordenar os trabalhos necessários à preservação do Parque.

ANTECEDENTES

1953/1954 — Mobilização da opinião pública, através dos órgãos culturais de Pernambuco, contra a intenção da Abadia do Mosteiro de São Bento de lotear parte do terreno onde se travaram as duas batalhas dos Guararapes. Tiveram participação intensa na campanha de preservação da área de Guararapes, as seguintes entidades, entre outras: Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; Academia Pernambucana de Letras; Assembleia Legislativa de Pernambuco; Prefeitura Municipal de Jaboatão; 1º Distrito da DPHAN — atual 3ª Diretoria Regional da SPHAN; imprensa do Recife;

1955

14 de março — Ofício do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano dirigido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, solicitando o tombamento da área onde ocorreram as batalhas dos Guararapes;

3 de maio — Designação do Professor Pedro Calmon para relator do processo de tombamento da área de Guararapes, de acordo com determinação do presidente do Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

30 de junho — Aprovação, por unanimidade, pelo Conselho Consultivo da DPHAN, do tombamento “de toda área onde se feriram

os referidos combates, inclusive os terrenos de propriedade do Mosteiro de São Bento de Olinda situados ao longo da rodovia Recife-Cabo e da Estrada de Muribeca dos Guararapes...”;

18 de julho — Impugnação do tombamento da área dos Guararapes apresentada ao Conselho Consultivo do DPHAN pelo Abade do Mosteiro de São Bento de Olinda;

15 de outubro — Designação do Professor Pedro Calmon para relator do processo de impugnação do tombamento da área dos Guararapes;

13 de dezembro — Aprovação, por unanimidade, pelo Conselho Consultivo da DPHAN, do parecer do relator Pedro Calmon, rejeitando a impugnação oferecida pelo Mosteiro de São Bento de Olinda;

1956

25 de abril — Interposição de mandado de segurança contra a decisão do Conselho Consultivo da DPHAN, por parte do Mosteiro de São Bento;

11 de agosto — Denegado o mandado de segurança pelo Juiz João Fontes de Faria, da Vara da Fazenda Pública Federal;

1960

Maio — Conclusão do trabalho de demarcação da área total dos Guararapes, realizado por Comissão especialmente constituída para esse fim, e integrada por representantes do Ministério da Guerra, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Governo do Estado de Pernambuco e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

1965

30 de setembro — Conclusão dos trabalhos da Comissão designada para proceder à avaliação dos terrenos da área dos Guararapes, para efeitos de desapropriação.

16 de novembro — Decreto do Presidente da República, Humberto Castello Branco, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos da área dos Guararapes.

1966

21 de junho — Lei nº 5.040, autorizando a abertura do crédito de Cr\$ 360.000,00 para desapropriação dos terrenos;

1970

26 de agosto — Lavrada a escritura definitiva de desapropriação da área dos Guararapes;

19 de abril — Decreto do Presidente da República, Emílio Medici, criando o Parque Nacional dos Guararapes.

1974

26 de setembro — Portaria do Diretor ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ampliando a área de proteção da ambiência do Parque dos Guararapes.

1977

22 de julho — Portaria do Diretor ao IPHAN, modificando a portaria de 26 de setembro, por considerá-la excessivamente rígida quanto à fixação de gabaritos.

1980

28 de julho — Portaria do Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional consolidando as portarias de 26/9/74 e de 22/7/77.

A conservação do patrimônio como exigência social

A necessidade de que a conservação dos bens culturais seja considerada como exigência social é uma das idéias defendidas nesta entrevista pelo Professor Roberto Di Stefano, engenheiro civil, consultor técnico da UNESCO e presidente do comitê italiano do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). Ele fala também sobre a revitalização de monumentos, ressaltando ser necessário adaptar as funções aos edifícios, ao invés de adaptar os edifícios às funções.

Como se deve compatibilizar, nos trabalhos de restauração, a reconstituição estética e a reconstituição histórica?

Este é o ponto central da restauração, porque evidentemente é um problema que diz respeito a todos os bens culturais. Pensemos, por exemplo, em um quadro, em uma pintura, à qual falta uma parte. Na instância estética se poderia refazer a parte que falta, mas é preciso harmonizar a parte original. Então, nesse caso, a instância estética deve vir em segundo grau, em respeito à instância histórica. É preciso deixar a parte da pintura que falta, assinalando-a oportunamente.

Sobre isto existe a teoria muito precisa que está descrita em Cesare Baldi, que é a Teoria do Restauro. Mas isto diz respeito em geral a edifícios. Se falta uma parte a um edifício, nenhum de nós pensaria em reconstruí-lo. Nós temos como exemplo um caso famoso: todos sabemos que Bernini construiu no panteon de Roma dois pequenos campanários acima do tímpano principal para atender às exigências funcionais da Igreja, mas com isto, a linha formal do panteon permanecia fortemente alterada.

No final do século XIX, Camilo Boito, um especialista do restauro analisou este problema, indagando qual o posicionamento mais importante: conservar a forma estética do panteon — esse templo belíssimo, feito de proporções — ou conservar o documento histórico da intervenção de Bernini. Então, nesse caso, não haveria hesitação em demolir o campanário de Bernini. Pouco mais adiante, na Igreja de Santa Maria Del Popolo, também em Roma, Bernini, para reforçar o arco maior da Igreja, construiu um sub arco e depois escondeu tudo isto com uma decora-

ção feita de anjos e outras figuras desse gênero. Com esta intervenção de Bernini, a Igreja adquiriu uma nova forma arquitetônica e, portanto, novos valores estéticos, que são de uma beleza notável. Nesse caso ninguém pensou em demolir a obra de Bernini. Porque o valor estético da intervenção de Bernini era muito maior do que o valor precedente. Então, todas as vezes que encontramos uma situação semelhante, em relação a um quadro ou a um monumento, a maneira como devemos nos guiar é somente uma questão de juízo histórico crítico. É por este motivo que restauração de monumentos é uma coisa muito diferente de consolidação de edifícios. A consolidação é uma operação técnica que prescinde de qualquer juízo de caráter histórico. E o restauro de monumentos, ao contrário, é uma operação de juízo histórico-crítico. Depois do juízo histórico-crítico é que vem a técnica.

De que maneira se deve tratar a revitalização e a conservação do patrimônio cultural?

Hoje, na sociedade em que vivemos, este é um aspecto de fundamental importância. Não há dúvidas que conservar os monumentos, conservar os bens culturais, é uma operação que custa dinheiro. E este dinheiro, quase sempre, é dinheiro público. Então, trata-se de estar sempre muito atento para não desperdiçar este dinheiro, mas aplicá-lo bem. Agora, devemos estar de acordo em um ponto: se é a conservação do patrimônio cultural um fato restrito à arte, aos homens de cultura, aos refinados intelectuais, ou se, ao invés, é algo que diz respeito à vida social. Isto é: se nós acreditamos que seja verdade que a vida em uma metrópole é

uma coisa que aliena, que turva o nosso equilíbrio psíquico. É verdade isto ou não é verdade? Eu creio que seja verdade. Tanto que, ao procurar um pouco de repouso, nós não ficamos na cidade grande, mas corremos rápido para fora dessas cidades, a buscar um pouco de natureza, um pouco de serenidade. Porque não as encontramos na cidade. O homem, portanto, tem a necessidade de ter referências, que são a natureza, a paisagem, etc. Sabe-se que o homem não viveu sempre em enormes edifícios, todos de vidro, com ar condicionado e luzes artificiais. Esta é uma condição terrível na qual estamos constrangidos a viver. Imagine que há um sol esplendoroso lá fora e nós estamos conversando aqui, em uma sala iluminada com luz artificial. Esta não é a condição humana. E devemos saber que também não é condenação de Deus, porque o homem não viveu sempre assim. Viveu em outra condição.

A prova de que o homem tem outra dimensão é dada pelo patrimônio cultural, pela própria obra de arte. Agora, conservar os monumentos, conservar as obras de arte, é uma coisa que garante a nossa sobrevivência. Logo, é um serviço social, como é serviço social assegurar o verde nas cidades, como é serviço social construir hospitais, dar assistência às crianças, aos velhos.

O bem cultural requer uma despesa idêntica àquela que se deve fazer para os hospitais, para o verde, e assim por diante, caso seja verdadeiro este raciocínio. Se este raciocínio não é verdadeiro e o fato diz respeito apenas à história da arte, à cultura, então não é justo gastar dinheiro público para essa coisa de elite. Isto porque temos muito sofrimento, temos muitas necessidades urgentes, neste momento de crise econômica do mundo inteiro, para estar nos preocupando com coisas que dizem respeito a um pequeno grupo de refinados historiadores da arte.

Bem, eu não creio nisto. Eu creio na conservação dos bens culturais como exigência social. Se é exigência social, é justo que se destine uma parte do dinheiro público também para essas coisas. Mas esta despesa deve ser uma despesa de investimento: isto é, uma despesa que tenha retorno. Pois então é preciso que para todos os monu-

mentos os técnicos encontrem uma nova utilização, uma função útil para a sociedade. Mas qual é o ponto difícil? O ponto difícil é que não se trata de adaptar os edifícios às funções, mas de adaptar as funções aos edifícios. Temos que descobrir, entre as funções que servem à sociedade, quais são aquelas que podem se desenvolver nesses edifícios sem perturbar seu valor arquitetônico.

Eu posso, em uma igreja, criar uma sala de concertos. Uma sala de concertos em uma igreja não cria nenhum problema. Mas se resolver instalar na igreja, uma garagem, por exemplo, isto trará problemas. Em uma igreja eu posso fazer uma biblioteca, sem perturbar a arquitetura da igreja. Então, devemos achar uma função que se adapte ao monumento.

Nos países do 3º mundo, subdesenvolvidos, com graves problemas estruturais, como saúde e educação, qual deve ser a prioridade a ser dada à preservação dos bens culturais?

Nos países do 3º mundo existe uma cultura autóctone, uma cultura local que é extremamente interessante. Ou é a cultura dos povos que vieram antes da ocupação espanhola ou portuguesa, como a cultura dos índios, que não está completamente destruída e ainda apresenta alguns pontos que se deve salvar antes da completa destruição. Ou então é toda uma cultura que se estabeleceu nos séculos durante os quais se deu a primeira ocupação, isto é do século XVI ao século XVIII.

Este é outro período histórico de grande importância e que estabelece uma correlação entre o Velho Mundo, a Velha Europa e o Novo Mundo; correlação que é preciosa e extremamente importante para a formação cultural dos novos povos, que assim reencontram a sua raiz cultural, antiquíssima, milenar, e que significa para eles uma segurança de progresso no seu futuro. Porque o ponto essencial é este: ninguém seguirá adiante na vida sem reportar-se, de qualquer modo, ao passado. Como se diz: não existe nenhum homem que possa viver sem memória. É evidente, então, que esse período é importante.

Como é importante o período que vai do século XIX até hoje. Por exemplo, tudo o que entre nós se chama arqueologia industrial, ou seja, o período desde quando se deu a construção da primeira ferrovia, dos primeiros estabelecimentos industriais. Este é um período de grande importância, que se está destruindo com muita rapidez, porque estes equipamentos industriais vêm sendo substituídos imediatamente por outros, com grande velocidade. E desta maneira se destrói toda a documentação relativa ao início da sociedade industrial, que tem muita importância. E estas coisas estão muito mais presentes no Novo Mundo que na Velha Europa. Então, é um patrimônio que é muito importante para a educação dos jovens, dos adolescentes. Discutimos há pouco o fato de que o Brasil, país que tem uma única língua, é uma fusão de muitos povos que vêm dos países os mais diversos: fusão que resultou no povo brasileiro. Este é um sentimento importante de vida nacional e que traz a segurança de não ser um povo qualquer, mas um povo que se constitui da fusão de todas essas culturas. É, portanto, importante conhecer toda essa cultura.

Agora, se o bem cultural é conservado de maneira asséptica, isto é, isoladamente dos outros aspectos do país, isto então é um grande erro. Se, no entanto, conservação dos bens culturais, educação, turismo, urbanismo etc. são estudados e feitos contemporaneamente a uma visão unitária, então se obterá resultados infinitamente maiores do que aqueles que se obtém enfrentando o problema da educação de um lado, o problema do turismo de outro, e o problema da conservação de bens culturais de outro lado. Se nós partimos de uma visão cultural na qual tudo tende para o bem estar do povo, não há dúvidas que a conservação dos bens culturais ocupará, assim, uma posição prioritária.

Turismo cultural pode ser turismo de massa?

Veja, este é um fato que devemos entender bem: o turismo deve ser de massa. Não é justo que exista uma seleção entre os que ganham muito dinheiro e os que ganham pouco. Este é um

turismo que se fazia no século passado, quando apenas os ricos podiam viajar. E que, portanto, apenas os ricos podiam extrair da observação direta, uma própria cultura, um próprio conhecimento.

É preciso fazer que todos — os operários, os jovens, os estudantes, os assalariados — possam viajar aos vários lugares e conhecer o patrimônio cultural. Cada um extrairá do bem cultural algum ensinamento, algum sinal, proporcional à sua própria cultura, à sua própria educação.

É claro que um operário que tenha feito apenas os estudos elementares não entenderá as mesmas coisas que uma pessoa que tenha frequentado a universidade. Mas entenderá sempre alguma coisa e o seu gosto, a sua educação, não a sua instrução, mas a sua educação cívica, melhorará. Então, é preciso incentivar o turismo cultural de massa.

O problema qual é? É a direção, é a orientação do turismo que deve ser voltado para o interesse público. Se o turismo é guiado exclusivamente pelo interesse privado, isto é, pelos capitalistas que investem muito dinheiro no que se chama indústria turística, então a solução é completamente diferente. Porque neste segundo caso, o que interessa ao industrial é extrair o máximo de seu investimento.

Se ao invés, o turismo é controlado e guiado pela mão pública, então o interesse deve ser o de proporcionar o máximo à população, sem tolher o ganho do investimento privado, mas controlando para que este ganho seja justo e, não, o máximo possível, a qualquer custo. Então, se o turismo de massa for controlado pelo governo e bem cuidado, poderá ser feito de maneira tal que se torne vantajoso para a educação do povo. Será, portanto, um turismo cultural que se difunde para todos e não somente para uma elite.

ENCONTRO DISCUTE INVENTÁRIOS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO

Com patrocínio da SPHAN e do Governo do Estado da Bahia, e apoio da Fundação Roberto Marinho, realizou-se em Salvador, de 26 a 29 de agosto passado, o I Encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural.

As recomendações finais aprovadas pelos participantes dividem-se entre aquelas que se referem à concepção dos inventários e aquelas que visam os instrumentos de apoio para sua execução.

Com relação às primeiras, recomendou-se que os inventários sejam considerados como um dos instrumentos para definição da política de preservação dos bens culturais; que os órgãos competentes ampliem o apoio aos inventários já em andamento no país, bem como estimulem o surgimento de novas frentes, ao mesmo tempo em que se criem condições para treinamento de recursos humanos capacitados para este tipo de trabalho.

As recomendações mencionam também o reforço à implementação de políticas locais de catalogação e inventário do patrimônio cultural, e que se promovam mecanismos de participação das comunidades locais na identificação dos bens culturais.

Outras recomendações foram a garantia de acesso à informação recolhida pelos inventários a todos os segmentos da sociedade; evitar a dicotomia entre os trabalhos voltados para bens móveis e aqueles voltados para bens imóveis; o reconhecimento da importância de iniciativas espontâneas de identificação de bens culturais e que se realizem novos encontros sobre o assunto, os quais devem se preocupar mais com a postura frente à ação de inventariar do que com a normalização desta ação.

No que diz respeito aos instrumentos de apoio para a execução dos inventários, as recomendações observam que deve ser estimulado o exame de alternativas de modelos que simulem diferentes formas de inventariar; que esse exame deve se reportar a trabalhos realizados no Brasil e no exterior, ressaltando-se os perigos de intro-



Jorge Derenji

FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

O arquiteto Jorge Derenji, titular da 1ª Diretoria Regional da SPHAN (Belém), acompanhado de técnicos da Fundação Nacional Pró-Memória, esteve em visita ao Forte Príncipe da Beira, em Rondônia. A fortaleza, cuja construção iniciou-se em 1776 e foi

concluída em 1783, é monumento tombado e situa-se às margens do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia. Construído segundo o sistema Vauban, comum a várias outras fortalezas antigas, o Forte Príncipe da Beira impressiona pela sua grandiosidade e representa um marco da ocupação colonial pelos portugueses.

dução de componentes estrangeiros deformantes; o que leva à necessidade de se estimular a criação de projetos-piloto para o teste de recursos modernos aplicados ao inventário. Por fim, recomenda-se que os projetos de inventário levem sempre em consideração a existência de tais recursos e a conveniência do desenvolvimento dos trabalhos de forma a facilitar um coerente cotejo entre os correspondentes métodos e resultados.

COMISSÃO PERMANENTE

Além das recomendações, os participantes do Encontro aprovaram a proposta de criação de uma "Comissão Permanente do I Encontro", que reúne técnicos ligados ou não às entidades que dele participaram.

Entre as tarefas a serem cumpridas por esta comissão encontram-se as

seguintes: a publicação dos anais do Encontro; a organização de uma biblioteca técnica sobre inventários; a preparação de quadros comparativos das características de cada projeto de inventário; a elaboração de minuta de um documento preliminar que, depois de examinado pelos participantes do Encontro, sirva de termo de referência para discussão de um novo encontro.

A comissão ficou constituída pelos seguintes técnicos: José Carlos Barbosa, pela Fundação Roberto Marinho; Antônio Luiz de Andrade, pela SPHAN; Fausto Alvim Júnior, pela Fundação Nacional Pró-Memória e Paulo Ormino de Azevedo, pela Secretaria de Comércio e Indústria do estado da Bahia.



ESTÂNCIA FAZ ENCONTRO CULTURAL

O Governo do Estado de Sergipe, através da Secretaria de Educação e Cultura e Conselho Estadual de Cultura e a Prefeitura Municipal de Estância realizaram, de 3 a 5 de outubro passado, o "II Encontro Cultural de Estância", centralizado no tema "arte literária".

O evento contou ainda com o apoio da Universidade Federal de Sergipe, Secretaria da Indústria e Comércio, Empresa Sergipana de Turismo, Instituto Nacional do Folclore, escolas locais e da 4ª Diretoria Regional da SPHAN-Pró-Memória.

O objetivo geral destes Encontros, ao mesmo tempo em que prossegue o programa de interiorização da cultura, é incentivar a criação e difusão da oferta cultural, além de propiciar a troca de experiências entre escrito-

res, artistas, intelectuais e todos quantos estejam envolvidos com a cultura erudita e popular.

SOLAR RESTAURADO ABRIGA AGORA UM CENTRO DE ARTE

Com a exposição "Uma cidade em questão I - Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro" foi reaberto no último dia nove de outubro, depois de restaurado, o solar Grandjean de Montigny, situado no campus da Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro.

A restauração do prédio foi realizada mediante convênio assinado em junho de 1979 entre a SEPLAN-PR, que na época tinha o Programa de Cidades Históricas hoje absorvido pela SPHAN-Pró-Memória, a Fundação Roberto Marinho, a PUC-Rio e o então

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Pelo convênio, as obras custaram pouco mais de três milhões de cruzeiros, dos quais 80 por cento provenientes da SEPLAN e os 20 por cento restantes da Fundação Roberto Marinho.

Ao Patrimônio Histórico coube a tarefa de ser o órgão executor do convênio, fornecendo assistência técnica necessária à execução dos trabalhos. Por seu lado, a PUC comprometeu-se a instalar no prédio um Centro de Artes, onde periodicamente serão realizadas exposições como esta que serviu de inauguração.

O solar foi construído em 1844 e nele morou o arquiteto francês Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, que veio para o Brasil em 1816, como membro da Missão Francesa e aqui morreu em março de 1850, sendo considerado o pai do ensino de arquitetura no Brasil. O edifício, tombado desde 1938 como "exemplo de notável mérito arquitetônico", é um dos poucos remanescentes da obra, de inspiração neoclássica, que Montigny projetou no Rio.

Ao longo do tempo o prédio sofreu vários acréscimos e modificações, até que, ao final dos anos 50, o IPHAN realizou várias obras restabelecendo elementos originais e refazendo parte da estrutura e das instalações elétrica e hidráulica.

Durante muito tempo a casa serviu de escritório, sendo desocupada em 1973. Ao cair em desuso sua conservação chegou a um péssimo estado, até que o Departamento de Artes da PUC propôs a restauração com o objetivo de ali instalar seu Centro de Artes.

IAB-PA DISCUTE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

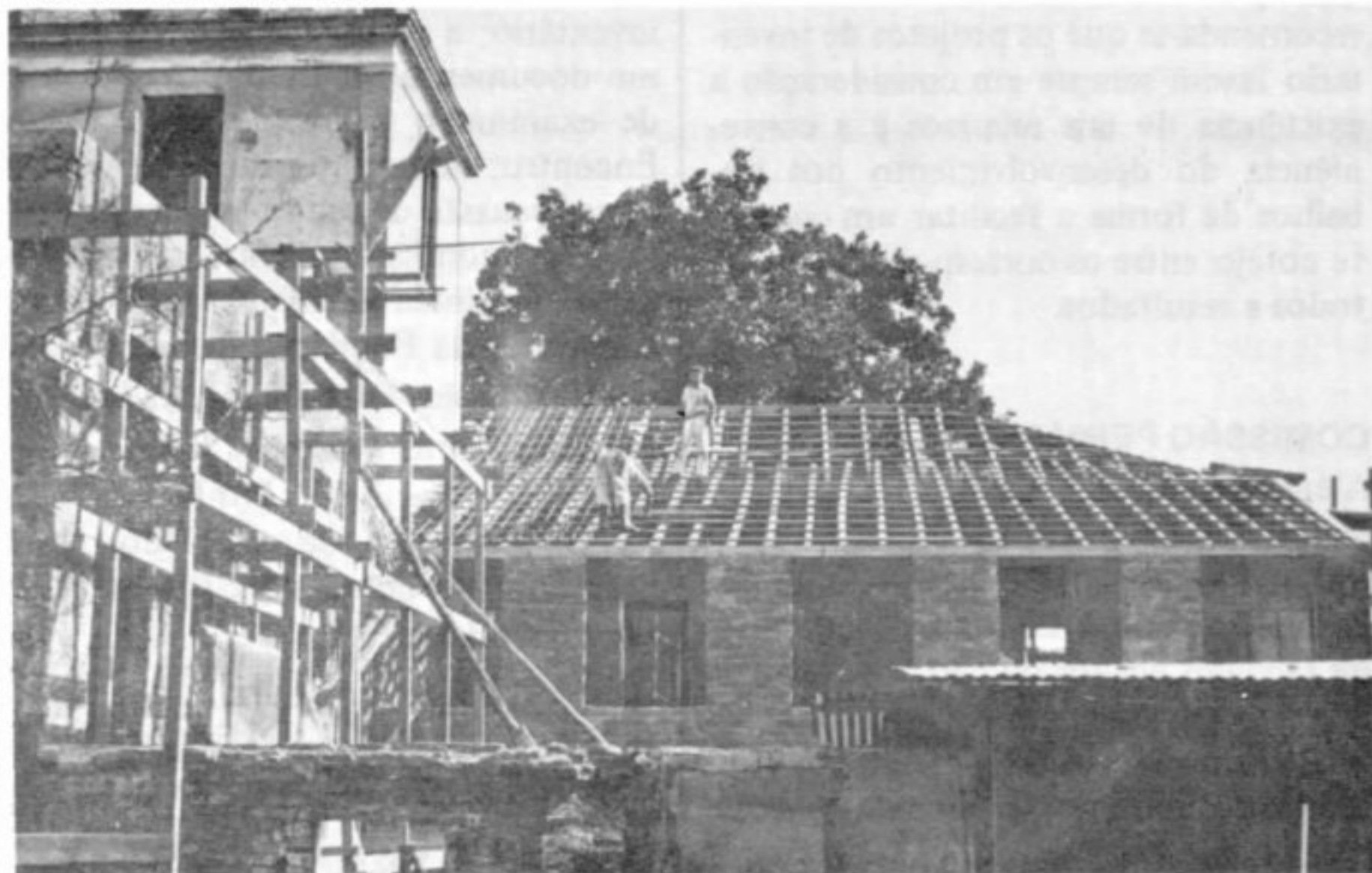
O Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Pará, realizou duas reuniões sobre o patrimônio histórico e artístico daquele estado, que contaram com a participação do arquiteto Jorge Derenji, titular da 1ª Diretoria Regional da SPHAN.

No primeiro encontro, arquitetos, professores, estudantes e profissionais de outras áreas debateram a situação em que se encontram os monumentos históricos do Pará, chegando a

MUSEU DE PORTO ALEGRE

Tradicional solar vinculado à cidade de Porto Alegre, onde residiu Lopo Gonçalves Bastos, figura representativa da comunidade, foi adquirido pela Prefeitura Municipal, com o objetivo de preservá-lo. Em janeiro deste ano foram iniciadas as obras de restauração, que já venceram as fases de estabilização da caixa do edifício e recuperação da alvenaria. Atualmente estão em execução os elementos componentes da cobertura.

Prefeitura de Porto Alegre



Os recursos para esta primeira obra de restauração promovida pela Prefeitura atingem seis milhões de cruzeiros, provenientes de dotação da EBTU. A última fase da restauração consistirá no projeto paisagístico do entorno do prédio, a fim de recriar um jardim característico do início do século passado, uma vez que o prédio foi construído por volta de 1830. Depois de restaurado, o prédio será destinado às instalações do Museu de Porto Alegre, reunindo um acervo sobre a história da cidade.

uma série de conclusões, entre as quais a de que "os trabalhos para a preservação dos conjuntos arquitetônicos significativos deveriam ser incorporados na legislação de uso do solo, uma vez que os monumentos históricos não estão desvinculados do contexto urbano e portanto a sua preservação deveria ser incluída no processo de planejamento urbano".

A segunda reunião discutiu políticas e prioridades adotadas pelo IAB-PA, definindo-se a realização, em janeiro, de uma semana de preservação do patrimônio. Nesta semana será montada uma exposição das fotografias que participaram do concurso promovido pela Universidade Federal do Pará, com patrocínio da Funarte e colaboração de diversos órgãos estaduais além da 1ª DR da SPHAN. Esse concurso, cujo tema era "Preserve a memória de sua cidade", motivou a reunião de um bom acervo de fotos sobre Belém, tendo premiado, em primeiro e segundo lugares, o fotógrafo José Tolentino Martins.

BRASIL NO COMITÊ DE PATRIMÔNIO MUNDIAL

"Com a eleição do Brasil para o Comitê do Patrimônio Mundial, a UNESCO acaba de ratificar o seu reconhecimento à importância e ao acerto da política do MEC atual relacionada com o patrimônio histórico e cultural, uma política valorizadora, não só pelo tombamento, mas particularmente pelo aproveitamento constante de um patrimônio cultural de significado universal".

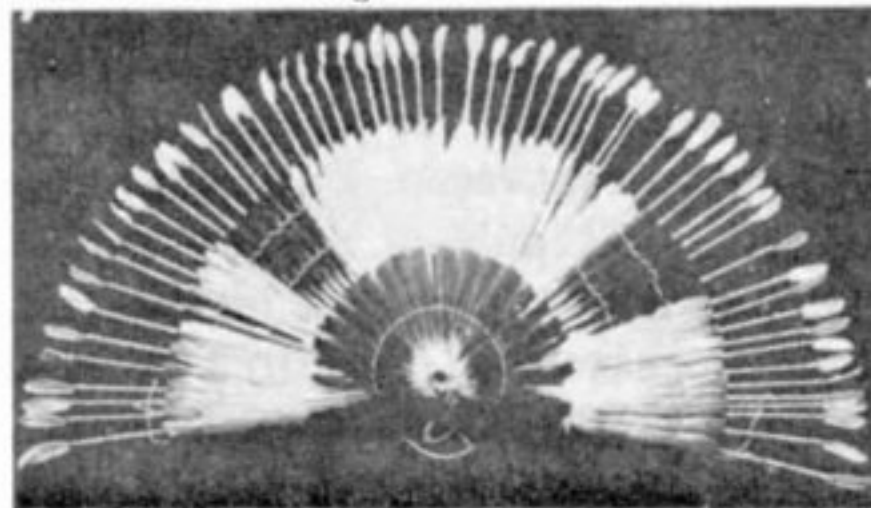
Essas foram as palavras do Ministro Eduardo Portella, da Educação e Cultura, ao receber comunicação do embaixador permanente do Brasil junto à UNESCO, Geraldo Holanda Cavalcanti, informando que "o Brasil foi eleito para o Comitê do Patrimônio Mundial, com 40 dos 44 votos emitidos, tendo sido o país de mais expressiva votação".

O Ministro acrescentou que "a UNESCO vem progressivamente reconhecendo o Brasil como um país que dispõe de um acervo cultural de significação universal. Isto se manifestou

recentemente no caso de Ouro Preto, no tratamento reservado à delegação brasileira na sua XXI Conferência Geral em Belgrado e, agora, com a eleição do Brasil, em uma votação fora do comum, para o Comitê do Patrimônio Mundial. Tudo isto significa, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que o Brasil é um protagonista do patrimônio histórico e cultural universal e que, também, dispõe de quadros capazes de oferecer uma cooperação técnica nesta faixa. Não podemos esquecer, nesta hora de comemoração geral, o trabalho silencioso e eficaz que vem realizando o Embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti à frente da Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO".

O Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, cujo nome completo é Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, é composto por 21 membros com mandatos de quatro anos. Esta é a primeira vez que o Brasil é eleito e a eleição ocorreu no último dia oito de outubro, quando da terceira assembleia geral de seus estados membros, realizada durante a XXI sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Belgrado. Havia sete países com seus mandatos terminando (Argélia, Equador, Gana, Irã, Nigéria, Sudão e Iugoslávia) e como, geralmente, observava-se o critério de base geográfica equitativa, o Brasil substituiu o Equador.

José Reinaldo Magalhães



ARTE PLUMÁRIA DO BRASIL EM EXPOSIÇÃO

Foi aberta, no último dia 23 de outubro, nos salões da Rocinha do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, a exposição "Arte Plumária do Brasil", que reúne uma significativa amostra de uma das mais criativas manifestações

de nossos índios.

A abertura da exposição fez parte da programação dos chanceleres dos países do Tratado de Cooperação Amazônica em sua reunião na capital paraense e foi co-patrocinada pelos ministérios das Relações Exteriores, do Interior, da Educação e Cultural através da 1ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Desportos e pela SUDAM.

Plumária é um termo que designa artefatos confeccionados a partir de penas de aves e utilizados sobretudo como adorno corporal pelos índios brasileiros. Na confecção de artefatos plumários a matéria-prima é basicamente a mesma para todos os grupos tribais brasileiros, mas muitas tribos desenvolveram estilos próprios, caracterizados por atributos peculiares como forma, associação de materiais, combinação de cores, procedimento técnico, o que permite identificar sua origem com precisão.

Os adornos plumários não servem apenas para enfeitar o corpo e o elemento plumário aplicado a outras superfícies usualmente não pode ser visto como atributo meramente decorativo. Na verdade, podem ser considerados como verdadeiros códigos que transmitem, numa linguagem não verbal, mensagens sobre sexo, filiação clânica, posição social, importância cerimonial, cargo político e grau de prestígio de seus portadores ou possuidores.

Atualmente a arte plumária indígena sofre o perigo de total descaracterização, dadas as contingências de contato com o branco, que afeta negativamente o mundo das instituições, crenças e atividades tradicionais, bem como a cultural material em que ela se insere. Ao mesmo tempo, a redução do território indígena e a derrubada das matas implicam no extermínio de grande quantidade de pássaros, contribuindo assim para uma escassez cada vez maior da matéria-prima apropriada.

Essas são algumas considerações sobre o tema que podem ser encontradas no texto de introdução ao catálogo da exposição, que, inicialmente, foi montada pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo. Depois de Belém, "Arte Plumária do Brasil" será apresentada em Brasília e outras capitais brasileiras, devendo também ir a alguns outros países.

“Quem sabe o que é Ouro Preto não pode duvidar do Brasil”



Palácio da Liberdade

No dia 8 de julho de 1711, no Arraial das Minas Gerais do Ouro Preto, o Senhor Governador e Capitão General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, com o voto unânime dos homens-bons e concurso do povo, assinou o termo de criação da Vila Rica de Albuquerque.

Este documento é o roteiro do destino que alçou o ínfimo povoado à glória de monumento mundial. Nele se diz que o Governador escolheu o local da nova Vila “supondo não achasse o sitio muito acomodado” mas “atendendo às riquezas que permitirão as minas... que dele mana para as mais e muitas mais que o tempo mostraria.” E o tempo mostrou.

Sucessivamente Arraial, Vila, Cidade Imperial, Capital Republicana, Monumento Nacional e, agora, Monumento Mundial, Ouro Preto representa a vitória do engenho contra o meio geográfico bem como a criatividade do espírito dominando as resistências e limitações do meio social.

O engenho venceu os acidentes topográficos da cidade, reunindo-os em perspectivas e monumentos, vitalmente coordenados numa espécie de justiça distributiva da beleza, que é o segredo do seu encanto.

Quanto à criatividade espiritual, nunca encontrou ela barreiras no isolamento e na distância. Ao contrário, parece que, em todas as suas manifestações, as serranias circundantes fizeram com que as idéias e inspirações subissem mais alto.

Neste anfiteatro de montanhas, gerações arrancaram das encostas e ribeiros ouro em quantidade nunca vis-

ta, mas também descobriram as encobertas riquezas divisadas pelo Capitão General, aquelas “mais e outras muitas mais que o tempo mostraria.”

As minas inesgotáveis do espírito, abertas não na rocha avara e volúvel, mas no tempo generoso e fiel, estas minas inexauríveis da memória cultural acumulativa, são a perenidade das sociedades humanas e orientam para o futuro o destino das nações.

Neste terreno, nada do Brasil se compara a Ouro Preto e, pode-se mesmo dizer que, concentrada a visão no período da civilização ocidental em que ela se insere, nenhuma cidade do mundo oferece valores tão representativos da criatividade cultural da época, tomada indistintamente no seu conjunto de artes plásticas, poesias, música, urbanismo e idéias políticas.

Ouro Preto é hoje tradição venerável porque foi, a seu tempo, ímpeto, inventiva a renovação. Da Colônia ao Império e à República, a vida ouropretana é uma fonte perene de história, de arte, de pensamento. Por isto ela é relíquia e exemplo, saudade e esperança. Seu nome evoca mártires da justiça e da liberdade, com corpos despedaçados pelo galope dos cavalos ou pelo gume dos machados; relembra conspiradores suicidas, aguilhoados nos calabouços, mortos nos exílios longínquos; recorda escultores, arquitetos, pintores, entalhadores, douradores, santeiros, cuja obra coletiva tornou-se patrimônio da humanidade; faz lembrar mestres e sábios, estadistas e parlamentares, jornalistas e oradores, historiadores e cronistas, panfletários, músicos e romancistas, todos criadores de obras

em que o Brasil se reconhece e revigora; e também os poetas, os poetas arcádicos, românticos, parnasianos, simbolistas cuja voz vingadora ou dolorida alerta e entenece as gerações; e também as musas coroadas, as Marílias, Eulinas, Nises, Bárbaras e Constanças, envelhecendo intocadas, perambulando loucas pelas ruas, encasteladas na soberba, ou inertes nos caixões, como anjos de asas recolhidas.

Mas Ouro Preto é também tudo e todos, os estudantes, agitadores e namorados; os boêmios, navegantes da noite, ladeirando em conversas perdidas, que vislumbram o vulto branco da moça abrir a janela do sobrado numa fulguração. Relíquia e exemplo, saudade do passado, esperança do futuro, Ouro Preto é o que foi e o que será.

Tudo isso é Ouro Preto. Negros escravos sangrando no pelourinho, gemendo ao carregar pedras para a construção dos palácios, mas também negros escravos que se livram liberando o seu rei libertador. Tudo foi e é Ouro Preto, os padres latinistas, os rábulas avisados, as beatas atentas e sussurrantes; os barões de casaca com pagens agaloados e mucamas macias; os que partiram para as guerras imperiais, os que ajudaram a fundar e governar a República, e todos os brasileiros e estrangeiros que aqui se reúnem hoje, os pintores, os poetas, os sociólogos, os engenheiros, todos estes jovens homens e mulheres, que nós, mais velhos, vemos descerrar as côres do amanhã. Ouro Preto a todos absorve, ilumina e inspira.

Neste dia de consagração mundial de Ouro Preto devemos nós brasileiros meditar sobre o que a cidade querida significa, para o Brasil.

O Brasil atravessa uma fase de dúvida sobre si mesmo. Dificuldades de toda ordem se acumulam e a nação parece hesitante em face delas. Mas o caminho de Ouro Preto, de arraial mineiro a cidade mundial, é a prova da criatividade brasileira, da nossa capacidade de decifrar e modelar o futuro. Quem sabe o que é Ouro Preto não pode duvidar do Brasil.

Esta é a íntegra da palestra proferida pelo embaixador Afonso Arinos de Mello Franco na solenidade de devolução dos Autos da Devassa, em Ouro Preto. (veja matéria à página 1)

LIVROS E TESES

RIBEIRO, Gustavo Lins — Tese em elaboração no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília.

Fenômeno complexo, vivo e de inegável importância, Brasília sempre suscita análises sob os mais variados enfoques. No caso, Gustavo Lins Ribeiro está investigando aspectos pouco explorados da construção da cidade: os trabalhadores e as relações de trabalho. Eis como ele apresenta sua tese:

“A experiência dos trabalhadores durante o período de construção de Brasília anterior à inauguração era e é, em grande medida, ainda bastante desconhecida. Ao realizarmos em novembro de 1977 um rápido *survey* no Núcleo Bandeirante (DF) tentando captar algumas categorias que nos permitissem delimitar um campo inicial de reflexão sobre a questão, percebemos que a experiência operária era evidentemente distinta do que propala a ideologia a respeito da construção da Capital. Deste modo, a nossa intenção passou a ser construir qual era a produção ideológica sobre o período e como o Estado tentava articulá-la e implementá-la. Os contrastes com a experiência operária tornaram-se então cada vez mais nítidos. Era necessário, assim, tentar recuperar o que realmente foi essa experiência”.

“No decorrer da investigação, buscando outras fontes além dos discursos dos operários pioneiros, foram imprescindíveis os jornais da época, sobretudo os das oposições udenista e de esquerda. Infelizmente, mais uma vez, o trato de um objeto em sua dimensão histórica revelou o mal estado de conservação do registro da nossa memória. Mesmo em locais tradicionais de pesquisa o material encontra-se incompleto e freqüentemente semi-destruído ou conservado em condições precárias. No caso de Brasília existem várias maneiras de remediar a situação. Uma delas, ao nosso ver, é estabelecer museus nos antigos acampamentos ainda existentes na periferia da cidade e cujo valor espera por um tombamento pelo patrimônio histórico, respeitando-se evidentemente as comunidades que ali vivem. A importância da manutenção e, em alguns casos, re-

construção desses espaços pode ser facilmente avaliada se imaginarmos o que significará no futuro a existência destes locais que expressam, em grande medida, como se dava a organização da vida no período de construção da Capital Federal do país”.

“Chegado o ponto em que os dados recolhidos permitiam de fato possuir categorias determinantes para o entendimento do objeto que nos propunhamos, passou a surgir uma série de especificidades sobre a exploração da força de trabalho na época. Existe uma totalidade de relações sociais que aponta para uma forma de exploração que é pertinente às grandes obras do setor da construção civil, dentre as quais Brasília torna-se quase que um caso paradigmático. A formação de uma frente de trabalho destinada a realizar uma grande obra implica numa série de particularidades que surgem e são altamente funcionais para a maior extração de sobre-trabalho. Destaquemos algumas: uma superexploração da força de trabalho baseada numa jornada de trabalho e numa intensidade de exploração incomuns (mecanismos tradicionais na construção civil levados ao paroxismo: serão, viradas, horas-extras, tarefas, etc.); uma imobilização da força de trabalho através de grandes acampamentos (altamente funcional para facilitar a superexploração); grande eficácia daquilo que já foi chamado fetiche do salário; uma ambiguidade jurídica a respeito do território da construção facilitando a exploração abusiva e o controle dos trabalhadores; distorções demográficas provocadas pelo tipo de “incentivo” à migração para o local e também pelos tipos de recrutamento e seleção dos operários; a construção de uma ideologia desenvolvimentista e nacionalista em torno da obra que passa a ser tida como uma obra de redenção”.

“Está claro que aqui não poderemos seguir expondo traços definidores desta forma de exploração uma vez que ao nosso ver ela é uma totalidade que mantém relações complexas advindas de diversas determinações. Remarquemos, no entanto, que a reflexão sobre a experiência operária na construção de Brasília leva-nos a abrir a possibilidade de entender o que se passa

em “grandes obras”, barragens e estradas por exemplo, que surgem por decisões político-econômicas em nosso país”.

LEMOS, Carlos A.C. — *Arquitetura Brasileira* — Edições Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo — 1979 — São Paulo. (Série Arte e Cultura) 158 pg.

Carlos Lemos é amplamente conhecido no âmbito da arquitetura, assim como da crítica, e da história das artes e da arquitetura. Arquiteto, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e diretor técnico do CONDEPHAAT — Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de São Paulo, é autor de inúmeras obras, das quais se destacam o *Dicionário de Arquitetura Brasileira*, feito em colaboração com Eduardo Corona, *Notas sobre a Arquitetura tradicional de São Paulo*, e *A Casa Colonial Paulista*, publicações da FAU-USP, e *Cozinhas, etc*, recentemente editado pela Perspectiva, na coleção Debates.

Agora, Lemos nos dá outra obra, *Arquitetura Brasileira*, onde ele, pela primeira vez se aventurou em uma perspectiva ampla da arquitetura brasileira. E o resultado foi excelente; com uma linguagem fluente, agradável, mas segura, analisou todo o panorama brasileiro, — do norte ao sul, e do litoral ao centro —, as diferentes fases da criação arquitetônica — popular e erudita —, desde o início da colonização até os dias presentes.

Adverte o autor, no início de seu livro, para a deficiência de pesquisas sistemáticas e, igualmente, de sínteses e de estudos panorâmicos no âmbito brasileiro, fato que aflige e tolhe a todos nós que, de alguma forma, nos temos debruçado sobre este tipo de estudos e de crítica.

A abordagem metodológica visando a uma divulgação mais ampla, através da linguagem utilizada, já dissemos atrás, do quase total despojamento de citações no texto, mas, ao mesmo tempo, da utilização constante de inter-relacionamentos entre técnica construtiva, materiais utilizados, pro-

gramas, antecedentes culturais com a obra realizada, faz deste livro, um manual de alto valor cultural e de divulgação, da compreensão e de conhecimento da arquitetura que se fez no Brasil desde seus primórdios, até os dias atuais.

Após um "Panorama Geral" com que inicia seu livro, aborda "a arquitetura européia no litoral da colônia", onde estuda a obra realizada ao longo da costa no Norte, Nordeste, Recôncavo, Rio, e no Sul.

Seu terceiro capítulo, "a arquitetura paulista dos primeiros séculos" pode parecer, para alguns, ter sido tratado algo pormenorizado demais em relação ao conjunto da obra, explicando-se no entanto, seja pelas características próprias e diferenciadas da sociedade e da arquitetura do planalto pau-

lista com relação ao que se fez no resto do território brasileiro e na Metrópole, seja pelos antecedentes de interesse do autor. A este capítulo seguem-se "o caso do barroco mineiro", muito bem tratado e valorizado em seus diferentes enfoques; "o neoclássico e o ecletismo", que analisa, em panorâmica, a arquitetura oitocentista e, por fim, "os tempos recentes". Entre estas duas últimas partes é apresentada a adaptação da arquitetura aos diferentes tipos de climas do continente brasileiro, através de algumas fotos características e de legendas.

Uma única crítica negativa há a se fazer com referência a este livro, a qual, de forma alguma se refere ao texto mas, sim, ao cuidado gráfico. É inadmissível que uma editora, com a tradição da Melhoramentos, não tenha

serviços de revisão suficientemente aptos para impedir enganos nas colocações dos clichês e de suas legendas. Assim, as vistas dos monumentos e sítios em sua quase totalidade, inclusive no clichê da capa, apresentam-se invertidos.

Este comentário que fazemos, em nada reduz ou interfere no alto valor da obra, em seu texto claro, fluente, certo, impecável, de excepcional valor didático, de divulgação. Obras como essas são imprescindíveis para que a arquitetura que se fez no Brasil e que deve ser preservada para ser legada às gerações que nos irão suceder, seja difundida para conhecimento geral, não se destinando, apenas, aos especialistas na matéria.

CARTAS

CAÇAPAVA DO SUL

"O Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul manifesta seu mais integral apoio às medidas administrativas e legais que a 9ª Diretoria Regional da SPHAN vem tomando, relativamente à atitude adotada pela Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul para construção de um ginásio de esportes, em completo desrespeito ao plano elaborado pela Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas e aprovadas pela SPHAN . . . A Diretoria do SAERGS coloca-se ao lado da SPHAN e informa que a Comissão do Patrimônio Cultural, integrada também pelo IAB-RS e Associação Rio-grandense de Imprensa, tem permanecido atenta ao desenvolvimento dos fatos, uma vez que o tratamento do espaço e a intervenção

no entorno do Forte devem respeitar estritamente as diretrizes do órgão responsável pela preservação da memória nacional..." Clóvis Ilgenfritz da Silva, Presidente e Paulo C. Neu Cassiano, 1º Secretário do SAERGS — Porto Alegre — RS.

CASA DO CONSELHEIRO

"... há muitos anos visitei, em Recife, a casa do Conselheiro João Alfredo, que naquela ocasião estava em restauração. Apreciaria saber se aí em Brasília existe alguma publicação com fotos sobre a casa, ou informar o endereço do Patrimônio em Recife..." — Gentil de Andrade — São Paulo — SP.

NR — A 3ª Diretoria Regional da SPHAN, em Recife, situa-se à rua Benfica, nº 1.150.

NÚMEROS ATRASADOS

NR — SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA tem recebido inúmeras cartas de leitores solicitando a remessa de exemplares dos números atrasados. Na medida do possível temos procurado atender a esses pedidos, mas alguns números já se encontram totalmente esgotados. No entanto, estamos providenciando a impressão de nova tiragem desses números e assim que ficarem prontos enviaremos aos nossos leitores.

Cartas para: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K — 70.710 — Brasília, DF.

Por motivos de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.